



**UFBA – UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
EA – ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
PDGS – PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO SOCIAL**

MELQUIADES AUGUSTO PIMENTA NETO

**QUALIFICAÇÃO E EMPREGO: dimensões e atores no atendimento ao
setor de petróleo**

Salvador - BA
2014

MELQUIADES AUGUSTO PIMENTA NETO

**QUALIFICAÇÃO E EMPREGO: dimensões e atores no atendimento ao
setor de petróleo**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Multidisciplinar e Profissional em Desenvolvimento e Gestão Social do Programa de Desenvolvimento e Gestão Social da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento e Gestão Social.

Orientador (a): Profa. Dra. Denise de Andrade Ribeiro (Doutora em Administração pela Universidade Federal da Bahia)

Salvador - BA
2014

Escola de Administração - UFBA

P644 Pimenta Neto, Melquiades Augusto.
Qualificação e emprego: dimensões e atores no atendimento ao setor de petróleo / Melquiades Augusto Pimenta Neto. – 2014.
72 f.

Orientadora: Dra. Denise Ribeiro de Almeida.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração, Salvador, 2014.

1. Programa de Mobilização de Petróleo e Gás Natural – Avaliação - Bahia. 2. Qualificações profissionais. 3. Educação para o trabalho. 4. Indústria de petróleo – Mercado de trabalho. 5. Políticas públicas. I. Universidade Federal da Bahia. Escola de Administração. II. Título.

CDD – 331.793

MELQUIADES AUGUSTO PIMENTA NETO**QUALIFICAÇÃO E EMPREGO: dimensões e atores no atendimento ao setor de petróleo**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento e Gestão Social, Universidade Federal da Bahia, pela seguinte banca examinadora:

Banca Examinadora

Prof. ^a Dr.^a Denise Ribeiro de Almeida _____
Doutora em Administração pela Universidade Federal da Bahia
Universidade Federal da Bahia (UFBA) – Salvador, Bahia

Prof. ^a Dr.^a Ana Rita Sacramento _____
Doutora em Administração pela Universidade Federal da Bahia
Faculdades Anísio Teixeira (FAT) – Feira de Santana, Bahia

Prof. ^a Dr.^a Claudiani Waiandt _____
Doutora em Administração pela Universidade Federal da Bahia
Universidade Federal da Bahia (UFBA) – Salvador, Bahia

Geólogo. Antônio José Pinheiro Rivas _____
Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia (SEPLAN)

Salvador - BA, 29 de maio de 2014.

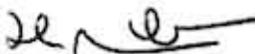


ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MELQUIADES AUGUSTO PIMENTA NETO DO CURSO DE MESTRADO INTERDISCIPLINAR E PROFISSIONAL EM DESENVOLVIMENTO E GESTÃO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA.

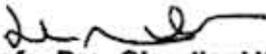
Aos 29 dias do mês de maio de dois mil e quatorze a Comissão Julgadora, eleita pelo Colegiado deste Programa de Desenvolvimento e Gestão Social da Universidade Federal da Bahia, composta pela **Profa. Dra. Denise Ribeiro de Almeida** (PDGS/UFBA), orientadora do aluno, pelos membros titulares **Profa. Dra. Claudiani Walandt** (UFBA), **Profa. Dra. Ana Rita Sacramento** (FAT) e o **Esp. Antônio Jose Pinheiro** (SEPLAN), se reuniu para julgar o trabalho de dissertação intitulado: "**QUALIFICAÇÃO E EMPREGO: dimensões e atores no atendimento ao setor de petróleo**" de autoria de **Melquiades Augusto Pimenta Neto**. Após a apresentação da dissertação o mestrando foi submetido à arguição pela comissão julgadora e ao debate. Em seguida, a comissão julgadora reuniu-se para analisar e avaliar o referido trabalho, chegando à conclusão que este merece ser.....**APROVADO**.....

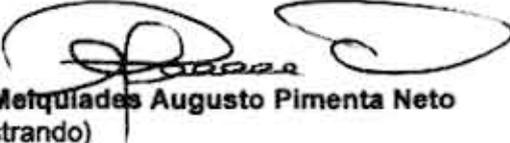
Nada mais havendo a ser tratado, esta Comissão Julgadora encerrou a reunião da qual lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, vai assinada por mim, orientadora, pelos demais membros da comissão e pelo mestrando.

Salvador, 29 de maio de 2014.


Profa. Dra. Denise Ribeiro de Almeida
(PDGS/UFBA - Orientadora)


Esp. Antônio Jose Pinheiro
(SEPLAN)

MP

Profa. Dra. Claudiani Walandt
(UFBA)


Sr. Melquiades Augusto Pimenta Neto
(Mestrando)


Profa. Dra. Ana Rita Sacramento
(FAT)

Aos meus netos Rudá e Caio pelos sorrisos inspiradores. Aos meus filhos Lorena e Thiganá presentes mesmo quando distantes. A Osvaldina Dias Pimenta por tudo que representa.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais Alírio Pimenta e Osvaldina Pimenta in memoriam, em especial e minha mãe, responsável por essa eterna vontade de descobrir, aprender, pesquisar, que não passa nunca.

Aos meus filhos Lorena e Thiganá pelo apoio incondicional nessas caminhadas.

Aos amigos pichonianos a às amigas Denise Lemos e Dora West, companheiras pichonianas e responsáveis por essa escolha.

Aos colegas da Comunicação da UO-BA, representados por Vânia Meneses, para agradecer o apoio de todos desde o início do projeto de pesquisa.

A Antônio Rivas pelo apoio e pela confiança depositada durante o período que estivemos à frente da Coordenação Executiva do Fórum Regional do PROMINP a Bahia, entre os anos de 2007 a 2012.

A Jenima Gargur, Secretária Executiva do FR-BA e companheira inseparável nos projetos e iniciativas do FR-BA.

A José Renato e Guilber pela apoio e convivência que compartilhamos no PROMINP.

A todos os amigos e colegas de Fazenda Bálsamo, onde estive durante esses dois últimos anos de Petrobras.

A Dona Nair, que me adotou como filho, estando sempre presente com os telefonemas de apoio que sempre coincidiram com os momentos mais difíceis nessa jornada e Dona Lene pelo apoio e ajuda.

Aos professores do Mestrado pelos conhecimentos passados e apoios dados durante o curso.

Aos funcionários da Escola de Administração e dos CIAGS sempre prontos no apoio e ajuda quando requisitados.

Aos colegas de Mestrado pela convivência durante esses dois anos de mestrado.

Aos amigos angolanos, representado pelo Irmão Chivinda pelo acolhimento e apoio durante a Residência Social.

E meus agradecimentos mais do que especiais a Prof^a Dr^a Denise Ribeiro de Almeida, minha orientadora, pelo apoio total na realização desse projeto.

"De tudo, ficaram três coisas: a certeza de que ele estava sempre começando, a certeza de que era preciso continuar e a certeza de que seria interrompido antes de terminar. Fazer da interrupção um caminho novo. Fazer da queda um passo de dança, do medo uma escada, do sono uma ponte, da procura um encontro".

(Fernando Sabino)

NETO, M. A. P. **QUALIFICAÇÃO E EMPREGO: dimensões e atores no atendimento ao setor de petróleo.** (Dissertação) Mestrado em Desenvolvimento e Gestão Social da Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração, Programa de Desenvolvimento e Gestão Social. 72f. Salvador, BA, 2014.

RESUMO

A qualificação profissional sempre foi vista como um diferencial positivo para o ingresso no mercado de trabalho e tem sido objeto de políticas públicas e empresariais. Essa pesquisa tem como o objetivo principal analisar as dimensões e atores que influenciam no aproveitamento das oportunidades ocupacionais da indústria de petróleo e gás natural na Bahia pelos profissionais qualificados pelo PROMINP, tendo como questão central a pergunta: Como as oportunidades ocupacionais da indústria de petróleo e gás natural na Bahia podem ser socializadas com os profissionais qualificados, ampliando sua inserção no mercado de trabalho? Como resultado, apresenta um perfil da trajetória dos alunos qualificados pelo PROMINP entre 2006 e 2010, que evidencia a necessidade de aprimoramento da qualificação profissional na Bahia, em função dos números de pessoas que não conseguiram empregos após os cursos. Outro resultado deste trabalho foi a sistematização de ações de inserção profissional, postas em práticas por alguns dos Fóruns Regionais do PROMINP, apresentados no produto tecnológico - uma cartilha – com as ações empreendidas, para posterior socialização com os demais FRS e com a sociedade em geral. Sugere-se, como continuidade, novos estudos sobre o novo programa de qualificação profissional operacionalizado nacionalmente pelo PRONATEC.

PALAVRAS-CHAVE: INDÚSTRIA DE PETRÓLEO. EDUCAÇÃO PROFISSIONAL. PROMINP.

NETO, M. A. P. **SKILLS AND EMPLOYMENT: dimensions and actors in attendance of the petroleum sector.** (Dissertation) Masters in Development and Social Management of Federal University of Bahia, School of business administration, and Social Management Development Program. 72f. Salvador, BA, 2014.

ABSTRACT

Professional qualification has always been seen as a positive differential for employment and has been the subject of public and corporate policies. This research has as main objective to analyze the dimensions and actors that influence the taking of occupational opportunities given by industry of petroleum and natural gas in Bahia for qualified professionals by Prominp, having as central issue the question: how occupational opportunities given by the industry of petroleum and natural gas in Bahia can be socialized with the qualified professionals expanding their insertion in the labour market? As a result it presents a profile of the trajectory of the students qualified by Promimp from 2006 to 2010, as a way of producing necessary evidence to improve professional qualification in Bahia. Another result of this work is the development of a technological product- a primer – which aims to systematize actions undertaken in different forums, that can be shared with other FRs and with people in General. Its suggested the continuity of this research with new studies about the new professional qualification program executed nationally by PRONATEC.

Keywords: Petroleum Industry. Professional Education° Promimp.

LISTA DE FIGURAS E QUADROS

Figura 1 – Referencial Teórico	23
Figura 2 – Linha do Tempo: ciclos da educação profissional brasileira	24
Figura 3 - Articulação entre níveis de ensino segundo as “leis orgânicas” 1942-1946.....	28
Figura 4 -Articulação entre níveis de ensino segundo a Lei de Diretrizes e Bases de 1961	29
Figura 5 - Evolução da profundidade de campos até Roncador	35
Figura 6 - Evolução da profundidade de campos até o pré-sal	39
Figura 7 - Impactos econômicos do pré sal	40
Figura 8 - Ações de inserção por Estado	61
Quadro 1 - Etapas do levantamento sobre a trajetória dos egressos do PNQP na Bahia	51
Quadro 2 - Resultados alcançados - Ações de inserção no Brasil	62

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Conseguir trabalho após o curso (6 meses)	56
Tabela 2 - Situação em relação a trabalho (out/2010).....	56
Tabela 3 - Relação do curso com o trabalho atual	57
Tabela 4 - Dificuldades de Inserção Profissional.....	57

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANP	Agência Nacional do Petróleo Gás Natural e Biocombustíveis
APLS	Arranjos Produtivos Locais
CAGED	Cadastros Geral de Empregados e Desempregados
CEFETS	Centros Federais de Educação Tecnológica
CEPAL	Comisión Económica para América Latina
EEP	Estaleiro Enseada do Paraguaçu
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FRS	Fóruns Regionais
FR-BA	Fórum Regional da Bahia
FR-BC	Fórum Regional da Bacia de Campos
IFES	Institutos Federais de Educação
IPEA	Instituto de Pesquisas ECON
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MAIC	Ministérios da Agricultura, Indústria e Comércio
MCT	Ministério da Ciências e Tecnologia
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MEC	Ministério da Educação
MME	Ministério de Minas e Energia
MT	Ministério do Trabalho
TEM	Mistério do Trabalho e Emprego
P&G	Petróleo e Gás
Petrobrás	Petróleo Brasileiro S/A
PIPMO	Programa Intensivo de Formação de Mão de Obra
PLANFOR	Plano Nacional de Educação Profissional
PND	Planos Nacionais de Desenvolvimento
PNQP	Plano Nacional de Qualificação Profissional
PROEP	Programa de Expansão da Educação Profissional
PROMINP	Programa de Mobilização da Indústria Nacional de petróleo e Gás
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego. Institucional
PT	Partido dos Trabalhadores
RH	Recursos Humanos
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESI	Serviço Social da Indústria

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	CONSTRUÇÃO TEÓRICA – EDUCAÇÃO E TRABALHO	22
	2.1 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA.....	23
	2.1.1 Trabalho e Educação no Brasil Português	25
	2.1.2 Educação e Trabalho: da República até o fim da ditadura militar	26
	2.1.3 Educação e Trabalho: de FHC até os governos do PT.....	30
	2.2 EDUCAÇÃO E TRABALHO: PROMINP E AS NOVAS PERSPECTIVAS DO SETOR PETRÓLEO	34
	2.3 INSERÇÃO PROFISSIONAL: AÇÕES DE INTERMEDIÇÃO PARA NEUTRALIZAR FATORES QUE INFLUENCIAM A PROCURA DE EMPREGO NO BRASIL.....	43
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	48
	3.1 AS CARACTERÍSTICAS DA PESQUISA	48
	3.2 A CONDUÇÃO DA PESQUISA E A ANÁLISE DOS DADOS	51
4	RESULTADO DA PESQUISA	55
	4.1 TRAJETÓRIA DOS EGRESSOS DA QUALIFICAÇÃO DO PROMINP – 2006-2010 55	
	4.1.1 Projeto Aluno Empresa – FR-BA e EEP	58
	4.2 AÇÕES DE INSERÇÃO PROFISSIONAL: SOCIALIZANDO EXPERIÊNCIAS	60
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	64
	REFERÊNCIAS	68
	APÊNDICE – ROTEIRO DE ENTREVISTA	71

1 INTRODUÇÃO

A qualificação profissional sempre foi vista como um diferencial positivo para o ingresso no mercado de trabalho, sendo foco de diferentes análises do mundo produtivo e objeto de investigação de teóricos a exemplos de Cunha (2000, 2005 e 2005), MANFREDI (2002), Fidalgo e outros (2010), Oliveira e outros (2012), FRIGOTTO (2007, 2008) e Ramos (2005, 2012), autores estes que exploram diferentes relações entre Trabalho e Educação. Além disso, este tema tem sido objeto de políticas públicas e empresarias que diante das mudanças na organização do trabalho determinam novas demandas de qualificação do trabalhador.

Esta pesquisa se propõe investigar a relação entre a qualificação e o emprego, dimensões e atores no atendimento do setor de petróleo e os desafios do mercado de trabalho para atender às crescentes necessidades desse setor da economia nacional, que, em função das suas últimas descobertas, se tornou uma opção para alavancar a economia brasileira para saltos de qualidade, que garantam um modelo de desenvolvimento nacional capaz de gerar emprego e renda para os brasileiros.

Historicamente, segundo SADER (2010), desde 1930, o Brasil passou por muitas transformações, em um processo que manteve ao mesmo tempo momentos de continuidade e elementos de ruptura. De país rural, transformou-se em urbano, de agrícola a industrializado, de restrito à elite em Estado Nacional e, de um país voltado para o exterior, em outro voltado a si mesmo. De 1930 até 1980 o Brasil passou por relativa estruturação do mercado de trabalho, havendo o crescimento do segmento organizado nas áreas urbanas brasileiras seja nas empresas privadas, públicas ou empresas estatais, com a criação de empregos regularizados. (POCHMANN apud FILGUEIRAS, 2011, p. 439).

As políticas macroeconômicas de reinserção internacional adotadas pelos governos brasileiros nas décadas de 1980 e 1990 terminaram precarizando as ocupações e enfraquecendo o estatuto de mundo trabalho num movimento de desestruturação pela expansão do seguimento não organizado do mercado do trabalho.

Na década de 80, em função da adoção de políticas macroeconômicas ditadas por organismos internacionais, o Brasil viveu um movimento de desestruturação do mercado de

trabalho urbano, caracterizado pela expansão do segmento não organizado, criando um novo estatuto do trabalho, muito mais enfraquecido e precário. A terceirização se faz presente nas atividades e ocupações econômicas piorando a qualidade dos postos de trabalho, com redução percentual do número de trabalhadores protegidos pela legislação e, conseqüentemente, redução dos seus rendimentos. Nesse período, as políticas de emprego e inserção profissional eram dirigidas ao setor formal da economia o que ampliava a desigualdade entre esse setor organizado e os informais.

Os primeiros anos da década de 2000 são de crescimento econômico e de retornos dos investimentos produtivos no Brasil. Isso vai repercutir em aumento de números de postos de trabalho e, conseqüentemente, na redução das taxas de desemprego e da precarização no mercado de trabalho.

Percebe-se que o Brasil mudou, mas, mesmo com esta mudança, ainda persistem problemas no mercado de trabalho. Informalidade, desemprego estrutural, alta rotatividade de mão de obra e a forte heterogeneidade da estrutura ocupacional, são apontados por FILGUEIRAS (2011) como os problemas estruturais no mercado de trabalho nacional. O setor que mais cria emprego é a construção civil, empregando trabalhadores de baixa escolaridade. Nesse sentido, os investimentos em qualificação profissional passam a ser política de governo, para fazer frente às necessidades de profissionais qualificados que o aumento de investimentos públicos e privados na economia demanda.

O Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural (PROMINP) foi lançado pelo Governo Federal através do decreto nº 4.925 de 19 de dezembro de 2003, com o objetivo de “maximizar a participação da indústria nacional de bens e serviços, em bases competitivas e sustentáveis, na implantação de projetos de óleo e gás no Brasil e no exterior” (PROMINP, 2014).

A principal motivação para a estruturação do Programa foi estimular o desenvolvimento da indústria nacional para fazer frente aos investimentos planejados para o setor de petróleo e gás natural no Brasil. Trata-se de um programa de múltiplas iniciativas, conectadas no sentido de potencializar o desenvolvimento da indústria nacional, em uma articulação de governo, empresas de petróleo e gás natural e indústria supridora de bens e serviços, para que as oportunidades geradas pelos investimentos do setor sejam, tanto quanto possível, atendidas pelo mercado nacional, gerando riqueza, emprego e renda no país.

A partir da sua implantação, tornou-se importante ampliar as iniciativas de maximização da participação da indústria nacional no fornecimento de bens e serviços, em nível regional, aumentando a capilaridade do programa.

Dessa forma, foram criados, a partir de 2004, os Fóruns Regionais do PROMINP (FR), como bases locais do Programa em diversos estados do país, com o objetivo de atender as demandas regionais não mapeadas na carteira de investimentos do setor, incentivar o fornecimento de bens e serviços pela indústria local e inserir pequenas e micro empresas na cadeia de petróleo e gás natural da região.

Segundo o site do programa, o modelo de gestão dos Fóruns Regionais foi concebido com base na estrutura de gestão do PROMINP Nacional. Entretanto, dadas as necessidades de autonomia e agilidade na condução dos projetos locais e de forma a obter maior visibilidade regional do programa, a estrutura de gestão pôde ser simplificada e adequada a cada caso. Isso possibilitaria que cada FR direcionasse sua atuação para atender necessidades conforme as suas características regionais.

A qualificação de pessoal para a indústria de petróleo e gás natural sempre foi um dos focos do PROMINP, uma vez que era claro que para desenvolver uma cadeia de fornecedores de bens e serviços capaz de competir internacionalmente, seria necessário ter pessoal qualificado para atuar nas empresas da cadeia produtiva do setor. Para atender as necessidades de pessoal qualificado para atuar no setor de petróleo e gás natural, o PROMINP estruturou o Plano Nacional de Qualificação Profissional (PNQP) para capacitar, por meios de cursos gratuitos, profissionais em todo o país. Através de diagnóstico dos investimentos do setor de petróleo e gás natural nas regiões do país o programa identifica os gargalos relacionados à qualificação profissional, procurando desenvolver e aplicar um conjunto expressivo de projetos e ações com o objetivo de equacioná-los.

A Petrobras é a principal financiadora deste plano de qualificação, aportando recursos previstos para investimentos em P&D – estabelecidos nos contratos de concessão, cuja aplicação em qualificação profissional foi aprovada pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Além da Petrobras, o Plano conta com recursos financeiros do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) do Fundo Setorial do Petróleo e Gás Natural -CT-PETRO.

Por ser um plano orientado por demanda, é realizado um diagnóstico periódico das necessidades de qualificação de profissionais baseado nos investimentos das empresas do setor criando-se histogramas, atualizados anualmente, com as qualificações profissionais que são demandas em cada Estado ou região. Visando incentivar o recrutamento pelas empresas do setor de profissionais qualificados pelos cursos do PROMINP, foi criado um banco de currículos *on-line*, situado no “Portal de Qualificação Profissional” do Programa com as informações dos profissionais qualificados. Para consultar o Banco de currículos, as empresas

do setor foram incentivadas a se cadastrarem no “Portal de Qualificação” do *site* do PROMINP.

Para medir a inserção dos profissionais qualificados no mercado de trabalho foi realizado, em 2010, um levantamento junto ao Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) com os dados dos egressos dos cursos de qualificação, onde identificou-se que 81% dos profissionais qualificados pelo PROMINP estavam empregados no mercado de trabalho formal, o que indicava a eficácia do Plano.

Entretanto, embora tudo seja planejado e implementado para que as empresas fornecedoras absorvam os profissionais qualificados no programa, não existe garantia de que isso aconteça após a conclusão do curso. Além disso, os planos de qualificação profissionais implementados pelos governos a partir de 1995, sempre enfrentaram críticas feitas por estudiosos dos temas sociais afirmando que esses cursos padecem de várias limitações como falta de sintonia entre qualificação requerida e os cursos disponíveis, disparidade entre o número de pessoas treinadas e a capacidade de absorção da mão de obra qualificada, desarticulação entre a oferta de qualificação e demais instrumentos da política de emprego.

Um fato despertou o interesse em aprofundar a investigação e verificar a real situação dos egressos dos cursos de qualificação na Bahia: o número excessivo de currículos que eram enviados para a coordenação do Fórum Regional da Bahia (FR-BA), além de constantes contatos mantidos por *e-mails* e telefones cujo teor principal era a dificuldade dos egressos em conseguirem inserção profissional no setor de petróleo e nas atividades que foram qualificados.

O PNQP não está isento dessas críticas. Entende-se que a simples verificação da carteira assinada dos profissionais qualificados para medir a eficácia do problema não atesta essa eficácia. Para aprofundar essa investigação no Estado da Bahia, o FR-BA encomendou um levantamento sobre a situação dos alunos egressos aprovados nos quatro ciclos de formação entre 2006 e 2010. Os resultados desse levantamento seriam usados para contribuir com propostas de ações para a melhoria do programa e consistia em contatar cerca de 3.700 alunos egressos e concluintes, identificando, sempre que possível, a condição atual de cada um, além de levantar sugestões e recomendações de aperfeiçoamento do programa.

O levantamento foi realizado e os resultados produziram um relatório final sendo entregue ao FR-BA, que, em função de algumas limitações de recursos, não produziu uma análise mais detalhada do material recebido, limitando-se apenas a apresentação informal dos resultados ao PROMINP nacional. Esse foi um dos fatores que despertou o interesse inicial

em estudar qualificação profissional e posterior inserção no mercado de trabalho no setor de petróleo e gás natural, na Bahia, onde o levantamento foi produzido.

A relação demanda e oferta de profissionais qualificados é uma questão amplamente debatida no campo da sociologia do trabalho, economia do trabalho, pedagogia do trabalho e administração de recursos humanos. Porém, são escassos os estudos acadêmicos vinculados a setores produtivos como no caso do setor petróleo.

HELAL (2004) traça um modelo explicativo do que ele chama de empregabilidade individual através da flexibilização organizacional centrada na teoria do capital humano. Silva (2010) analisa a trajetória profissional dos egressos do ensino superior, enfatizando as formas de acesso empregadas pelos jovens para alcançar um emprego, relacionando-as às redes sociais. Guimarães (2009) utilizando-se da sociologia econômica, procura refletir sobre as raízes extra econômica de operação do mercado de trabalho “[...] mais especificamente sobre as relações que estabelecem os três agentes nos grandes mercados de trabalho: os demandantes de emprego, as firmas que recrutam trabalhadores e os intermediários entre oferta e demanda de trabalho.”

Os números de profissionais qualificados pelo PNQP do PROMINP na Bahia inseridos no mercado de trabalho, segundo dados do relatório final do levantamento encomendado, apresentavam diferenças consideráveis dos realizados pelo PROMINP nacional junto ao CAGED. Esse fato teve influência direta na decisão de realizar uma pesquisa sobre a qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho, para buscar entender os motivos dessas diferenças, o que poderia estar influenciando os resultados apresentados.

Nesse sentido, o objetivo geral da pesquisa foi analisar as dimensões e atores que influenciam no aproveitamento das oportunidades ocupacionais da indústria de petróleo e gás natural na Bahia pelos profissionais qualificados pelo PROMINP. E, sua questão central, identificar quais os desafios do mercado de trabalho para atender as demandas por profissionais qualificados para a indústria de petróleo da Bahia, respondendo a seguinte pergunta: **Como as oportunidades ocupacionais da indústria de petróleo e gás natural na Bahia podem ser socializadas com os profissionais qualificados, ampliando sua inserção no mercado de trabalho?**

Com isso, dois eixos principais se apresentam: a existência de um levantamento da trajetória dos alunos que participaram da qualificação e que não foi devidamente analisado; e a notícia de algumas iniciativas que estavam sendo tomadas em outros Estados para facilitar o contato dos profissionais do PROMINP com as empresas demandantes de mão de obra

qualificadas. Com isso traçaram-se dois objetivos específicos para a pesquisa:

- Caracterizar o aproveitamento das oportunidades ocupacionais na indústria do petróleo e gás natural na Bahia pelos egressos do PROMINP, no período 2006-2010;
- Sistematizar as ações de inserção profissional utilizadas pelos Fóruns Regionais do PROMINP visando socializar essas experiências para serem utilizadas com objetivo de ampliar a inserção profissional.

Como produto dessa dissertação, apresentam-se resultados desse estudo um perfil da trajetória dos alunos qualificados entre 2006 e 2010, com objetivo de produção de evidências necessárias ao aprimoramento da qualificação profissional na Bahia e seu objetivo principal, a inserção no mercado de trabalho¹. Outro resultado deste trabalho, consiste na elaboração de um produto tecnológico - uma cartilha - que tem por objetivo sistematizar ações empreendidas em diferentes fóruns, para sua posterior socialização com os demais FRS e com a sociedade em geral.

Nesse sentido essa pesquisa se justifica pela:

- Inexistência de estudos empíricos sobre inserção profissional de egressos de cursos de qualificação vinculados a setores particulares, como no caso do petróleo.
- Possibilidade de caracterizar as ações de inserção profissional dos fóruns regionais do PROMINP para socialização com os demais fóruns;
- Necessidade de reflexão sobre a eficácia das políticas públicas relacionadas com qualificação e emprego.

Justifica-se ainda pela possibilidade de se constituir em subsídios à tomada de decisões no âmbito público, da sociedade civil e da iniciativa privada no que se refere a melhor forma de utilização dos recursos utilizados na qualificação de profissionais para atender às demandas e desafios que se avizinham com o advento da descoberta do pré-sal.

Este trabalho é composto, além desta introdução, pelo capítulo 2 onde se apresenta a base conceitual, subdividida em breve histórico da educação brasileira; análises relativas à educação e ao trabalho e suas relações com as recentes descobertas de petróleo no Brasil; e, reflexões sobre as diferentes ações de inserção profissional e de mediação. O capítulo seguinte traz os procedimentos metodológicos adotados na construção da pesquisa.

¹ Pesquisa de avaliação: Um dos formatos de avaliação. Levantamentos primários, qualitativos ou quantitativos, desenhadas com objetivos de produção de evidências mais específicas necessárias ao aprimoramento da intervenção. (JANNUZZI, 2014, p. 24 – 27)

Na sequência, no capítulo 4, apresentam-se os resultados obtidos no levantamento sobre a trajetória dos egressos dos cursos de qualificação na Bahia entre 2006 e 2010; a sistematização das ações de inserção resultado das entrevistas realizadas com os demais Fóruns Regionais no Brasil; e as ações que se pretende socializar com a comunidade do PROMINP. Finaliza-se a dissertação, trazendo-se algumas considerações finais relativas à pesquisa, assim como suas possíveis linhas de continuidade.

2 CONSTRUÇÃO TEÓRICA – EDUCAÇÃO E TRABALHO

Este capítulo apresenta a fundamentação teórica da pesquisa e está dividido em três subcapítulos: a Educação Profissional no Brasil: breve contextualização histórica; Educação e Trabalho: o PROMINP e as novas perspectivas do setor petróleo; e a Inserção Profissional: ações de intermediação para neutralizar fatores que influenciam na procura de emprego no Brasil.

O primeiro traz um breve histórico da Educação Profissional brasileira, da chegada dos portugueses aos dias de hoje. Esse breve histórico serviu como base para o entendimento da problemática da pesquisa: um programa de qualificação profissional, gestado em uma empresa brasileira, que em princípio está fora da rede de educação tradicional. Os textos estão separados numa linha de tempo em três seções para permitir um melhor entendimento do tema.

O segundo subcapítulo relaciona as descobertas de novas acumulações de petróleo pela Petrobras no Brasil, reservatórios em águas ultra profundas e depois o pré-sal com as necessidades de profissionais para atuarem no setor. Dois momentos distintos, onde as necessidades de profissionais para atuar no setor, apresenta nuances distintas, em função das características e desafios diferenciados em cada um desses momentos.

O terceiro subcapítulo trata da inserção profissional, apresentando uma análise sobre a procura de emprego no Brasil, por entender que qualificação não necessariamente se transforma em emprego. Alguns autores alertam para a necessidade de políticas públicas para consolidarem a inserção profissional. Levantamento realizado em 2010 com os egressos dos cursos de qualificação do PNQP do PROMINP na Bahia, chamaram a atenção para a questão da inserção profissional, sendo o principal motivador dessa pesquisa.

A figura 1 representa uma síntese dos caminhos conceituais seguidos, resumindo os principais conceitos utilizados, assim como os autores de maior relevância consultados para a presente pesquisa.

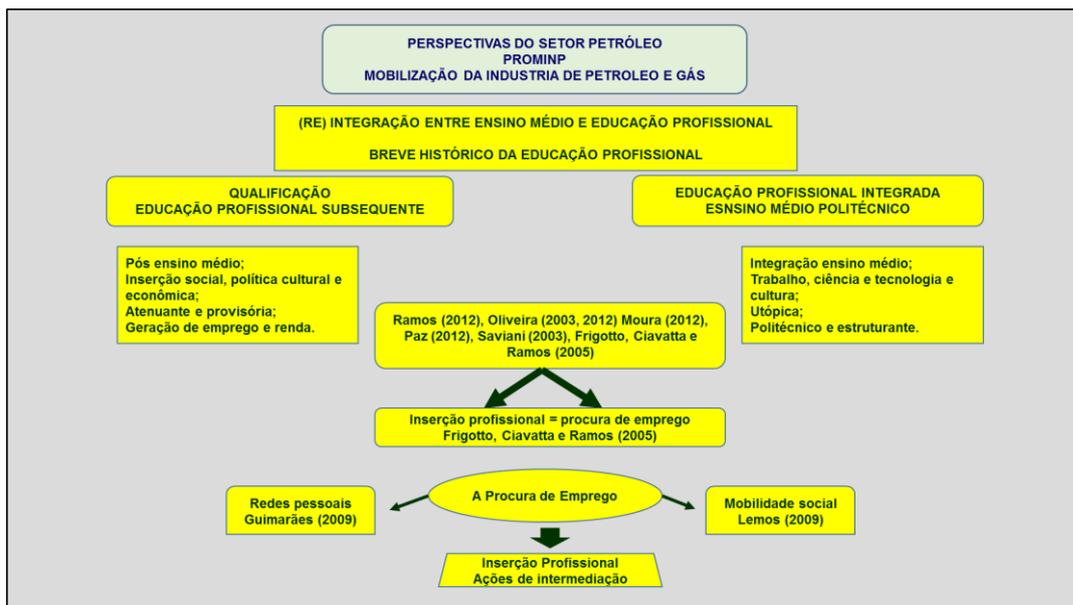


Figura 1 – Referencial Teórico
Fonte: Elaboração própria, 2014

Esses caminhos teóricos serão objeto de apreciação mais detalhada trazida a seguir.

2.1 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Desde o início da civilização humana, o trabalho é uma atividade social e central para garantir a sobrevivência de homens e mulheres. É o meio usado pelo homem para conseguir satisfazer suas necessidades visando assegurar a sua existência. Assim:

O que diferencia o ser humano dos animais é que os animais têm sua existência garantida pela natureza e por consequência, eles se adaptam à natureza. O homem tem de fazer o contrário: ele se constitui no momento em que necessita adaptar a natureza a si, não sendo suficiente adaptar-se à natureza. Ajustar a natureza às suas finalidades é o que se faz pelo trabalho. Trabalhar não é outra coisa senão agir sobre a natureza e transformá-la. (SAVIANI, 2003, p. 133).

Para Marx (2013), o trabalho é “antes de tudo um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza”, sendo essa a grande diferença entre ele e os outros animais. Além disso, ele diferencia o trabalho útil do trabalho abstrato como simples dispêndio de esforço humano, cérebro, músculos e subjetividade, independentemente do tipo de atividades.

O trabalho é considerado o ponto de partida do processo de humanização do ser social, sendo uma necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza. Assim, se é o trabalho que constitui a realidade humana, a sua formação está centrada no trabalho. Isso faz do Trabalho e da Educação para o trabalho (formação) um fator determinante para a existência e para o desenvolvimento da humanidade. Para Saviani (2003), na formação dos homens deve-se considerar o grau atingido pelo desenvolvimento da humanidade, neste sentido este autor pontua que:

Conforme se modifica o modo de produção da existência humana, portanto o modo como o ser humano trabalha, mudam as formas pelas quais os homens existem. É possível detectar, ao longo da história, diferentes modos de produção da existência humana que passam pelo comunitário, o comunismo primitivo; o modo de produção asiático; o modo de produção antigo, ou escravista; o modo de produção feudal, com base no trabalho do servo que cultiva a terra, propriedade privada do senhor; e o modo de produção capitalista, em que os trabalhadores produzem por meios de produção que não são deles. Esses diferentes modos de produção revolucionam sucessivamente a forma como os homens existem. (SAVIANI, 2003, p 133).

Este capítulo subdivide-se em três seções tendo por objetivo apresentar uma visão sistêmica sobre a evolução da educação profissional. Tal concepção encontra-se representada sob a forma de uma linha de tempo na Figura 02.

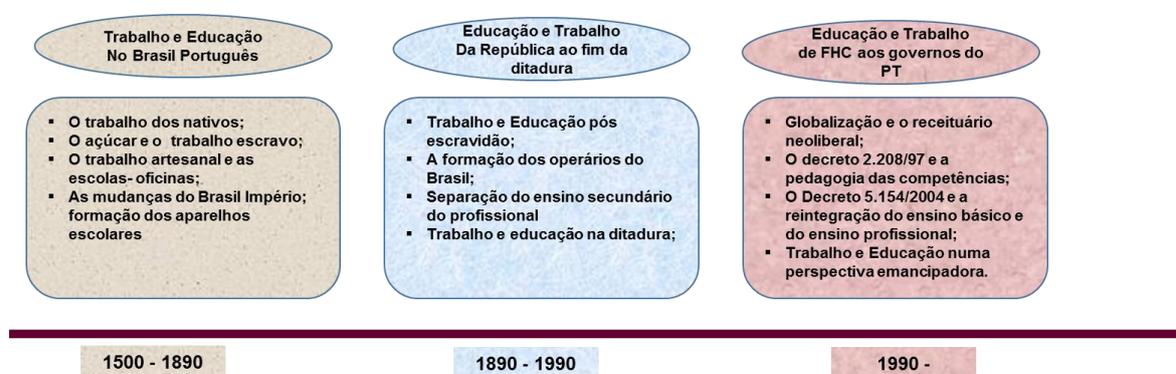


Figura 2 – Linha do Tempo: ciclos da educação profissional brasileira
Fonte: Elaboração própria, 2014.

Essa linha do tempo retrata não somente as principais transformações vivenciadas ao longo de cada um dos três ciclos históricos da Educação Profissional do Brasil, como também suas associações às modificações no modo de produção vivenciadas ao longo do tempo. Cada um deles será explorado na sequência dos textos.

2.1.1 Trabalho e Educação no Brasil Português

Segundo MANFREDI (2002), as práticas educativas e o preparo para o trabalho dos brasileiros eram fruto da própria convivência nas tribos, onde a aprendizagem dos adultos efetivava-se através das observações e da participação nas atividades de subsistência, como pesca, caça, plantio e colheita, assim como, nas atividades de construção e confecção de objetos sendo essas as necessidades a serem supridas. A chegada dos portugueses ao Brasil vai alterar a rotina dos povos indígenas que aqui viviam.

Na metade do século XVI a colonização portuguesa vai introduzir no Brasil a agroindústria do açúcar utilizando trabalho escravo e, em pequena escala, trabalhadores livres nas tarefas de direção e naquelas que exigiam uma qualificação técnica especial. “Os escravos (não proprietários de sua própria força de trabalho), ficavam ligados diretamente à produção, enquanto os trabalhadores assalariados, (detentores da sua força de trabalho), ficavam indiretamente ligados à produção, gerentes e técnicos, como os feitores e mestres do açúcar” (Cunha, 2005, p. 27).

O Engenho era a unidade básica de produção tanto para a plantação da cana como para a produção do açúcar. Nos engenhos a aprendizagem era informal e acontecia durante o trabalho. Em outras palavras:

A aprendizagem dos ofícios, tanto de escravos, quanto de homens livres era desenvolvida no próprio ambiente do trabalho, sem padrões ou regulamentações, sem atribuições de tarefas próprias. Ao contrário da aprendizagem correntes na Metrópole e mesmo em certos centros urbanos da Colônia, os aprendizes não eram necessariamente crianças ou adolescentes, mas indivíduos que eventualmente demonstrassem disposições para a aprendizagem em termos tanto técnicos (força, habilidade, atenção) quanto sociais (lealdade ao senhor e ao seu capital, na forma das instalações, instrumentos de trabalho, matéria-prima, mercadorias e à conservação de si próprio, também do capital). (CUNHA, 2005, p. 29).

A formação de um Estado metropolitano junto com as atividades extrativas de minérios e as atividades de comércio e serviços, gerou, novas demandas de produção de bens (sapateiros, ferreiro, carpinteiros, pedreiros etc.) e de serviços domésticos (cozinheiros, despenseiros, roupeiros, porteiros). Nesses núcleos urbanos estavam sediados os colégios religiosos, que detinham nos seus quadros próprios para a prestação de serviços variados. Esses artesãos procuravam reproduzir nas oficinas as práticas de aprendizagem onde eles tinham aprendidos, dando preferências ao ensino de crianças e adolescentes.

O modo de produção escravista que sobreviveu por mais de três séculos no Brasil, deixou marcas profundas na representação sobre o trabalho como atividade social e humana.

Ainda segundo Cunha (2000), além de envolver a violência cometida contra os habitantes nativos escravizados, impondo um novo padrão de vida diferente do seu natural, o emprego de escravos trazidos da África, para a execução de trabalhos que exigissem esforços físico e manual, acabaram criando a representação desse tipo de trabalho como desqualificado. Nesse ponto:

Numa sociedade onde o trabalho manual era destinado aos escravos (índios e africanos), essa característica “contaminava” todas as atividades que lhes eram destinadas, as que exigiam esforço físico ou a utilização das mãos. Homens livres se afastavam do trabalho manual para não deixar dúvidas quanto a sua própria condição esforçando-se para eliminar as ambiguidades de classificação social. Ai está a base do preconceito contra o trabalho manual, inclusive e principalmente daqueles que estavam socialmente mais próximos dos escravos: mestiços e brancos pobres (CUNHA apud MANFREDI, 2002, p. 71).

Um novo período inicia-se quando da transferência da sede do reino português para o Rio de Janeiro, em 1808. Assim o Brasil deixa de ser Colônia, tornando-se Reino Unido, com *status* de nação soberana, trazendo com isso transformações econômicas, políticas e sociais significativas que gerarão novos modos de produção e necessidades de formação para o trabalho.

As atividades industriais vão exigir modificações na formação para o trabalho, fazendo surgir um aparelho educacional escolar que vai persistir por cerca de um século e meio. Para atender essa nova ordem econômica, as primeiras instituições de ensino que formaram o aparelho escolar foram as instituições de ensino superior, localizadas no Rio de Janeiro e na Bahia, e eram destinados a formar pessoas “qualificadas” para funções na Administração do Estado e no Exército, preparando pessoal especializado para a guerra e para a produção, assim como prestadores de serviços para as classes dominantes (CUNHA, 2005, p. 59):

Os cursos primário e secundário serviam como cursos propedêuticos atuando como uma preparação para a universidade, ficando o ensino profissional restrito ao uso como mecanismo de disciplinamento dos setores populares, no sentido de conter ações de insurreição contra a ordem vigente e legitimar a estrutura social excludente herdada do período colonial.

2.1.2 Educação e Trabalho: da República até o fim da ditadura militar

O período republicano é marcado por profundas mudanças advindas da extinção da escravatura, pela consolidação do projeto de imigração e pela expansão da economia cafeeira. Nesse período de alta lucratividade da cafeicultura criam-se as condições para que parte

do lucro seja investida em outros segmentos das atividades econômicas: bancos, construção de estradas de ferro, indústrias, usinas, etc. (MORAES apud MANFREDI, 2002, p. 79).

Os novos empreendimentos industriais e o surgimento de grandes centros estimulam o incremento de serviços de infraestrutura urbana de transportes e edificações. Surgem redes de escolas por iniciativa do governo, além de outras instituições ligadas a igreja católica e associações de trabalhadores. O público alvo deixa de ser formado pelos pobres e “desafortunados”, passando a ser composto por pessoas dos setores populares urbanos que iriam se transformar em trabalhadores assalariados (MANFREDI, 2002, p. 80).

O Estado fica responsável pela formação para atender o novo mercado capitalista que seguia as tendências fabris e do trabalho assalariado capitalista. Segundo Cunha (2000), por decreto do presidente Nilo Peçanha, são criadas 19 escolas de ensino profissional, uma em cada unidade da federação, para a formação de operários e contramestres por meio de ensino prático e de conhecimento técnicos adaptados à realidade de cada Federação. Além disso, como parte integrante de cada escola de aprendizes artífices, foram criados cursos noturnos obrigatórios, além de um curso primário para analfabetos e outro de desenho. Essas escolas de aprendizes artífices deram início à rede federal de educação, que culminou nas escolas técnicas e posteriormente, nos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETS), hoje Institutos Federais de Educação (IFES).

Tudo isso irá trazer para o Ensino Profissional uma racionalidade técnica, em função do predomínio da organização científica capitalista do trabalho, em substituição aos métodos de ensino empíricos e espontâneos das práticas de aprendizagem artesanais existentes.

Além de iniciativas privadas e estatais, foram criadas algumas iniciativas mistas para o ensino profissional. Um desses exemplos acontece em São Paulo onde a Escola Profissional Mecânica que funcionava no Liceu de Artes e Ofícios, e era mantida pelas companhias ferroviárias paulistas, entidades privadas, passam a receber recursos públicos, do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC), fato que irá influenciar na criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), o seu padrão de gestão e de financiamento.

Essas escolas não funcionavam exclusivamente como ensino profissional, mas ofereciam também o ensino secundário. Esses cursos vão ganhando importância até se tornarem exclusivos com a extinção dos cursos de ofícios, em outras palavras:

A obra salesiana pretendia formar trabalhadores, visando neutralizar a influência dos ideais anarquistas e comunistas; contudo, acabou adaptando-se às características da formação sociocultural brasileiro, que, já naquela época, vinha privilegiando o ensino secundário propedêutico para as elites e para os setores das classes médias urbanas. Sendo assim, a grande obra dos salesianos desloca-se para o ensino secundário,

para a formação das classes dominantes, contrariando as ideias do seu fundador (CUNHA apud MANFREDI, 2002, p 90-91).

A separação entre o trabalho manual e o intelectual é uma das características da política educacional com a chegada do Estado Novo. Uma nova arquitetura educacional (ver figura 3), baseada no modelo italiano, é engendrada, onde o ensino secundário será destinado as elites e a educação profissional às classes menos favorecidas. Isso para atender ao novo modelo de Estado centralizador e desenvolvimentista, iniciado em função do processo de substituição do modelo agroexportador pelo modelo industrializado, para substituir as importações de bens duráveis e de capitais. As iniciativas de educação dos trabalhadores são cerceadas, dando lugar a um sistema paralelo às redes públicas estaduais e a rede federal, organizadas e geridas pelos organizações e Sindicatos patronais: o chamado Sistema S que teve como primeiras estruturas o SENAI, em 1942, e o Serviço Social da Indústria (SESI), em 1943.

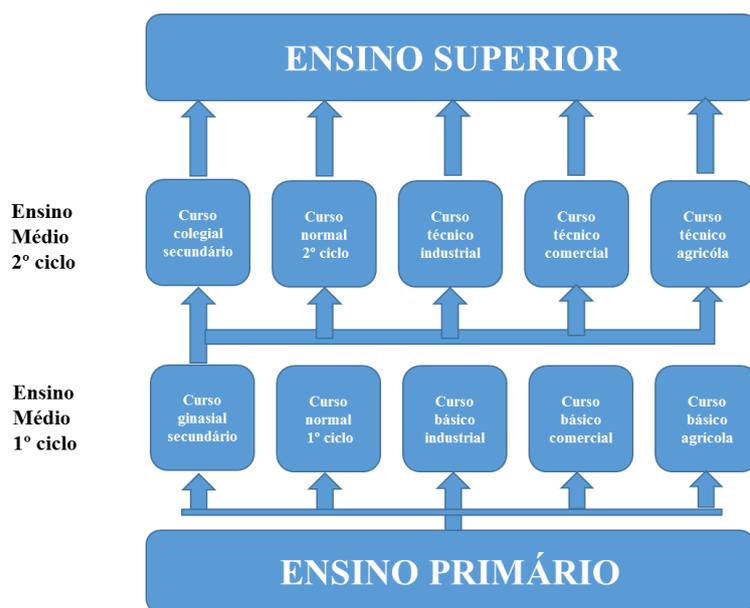


Figura 3 - Articulação entre níveis de ensino segundo as “leis orgânicas” 1942-1946
Fonte: Cunha, 2005, p. 39

Conforme mostra a figura 3, o ensino primário passa a ser comum a todos, embora, segundo o autor, as diferenças do conteúdo ensinado e dos próprios destinatários entre as escolas particulares e as públicas gerassem um padrão discriminatório bastante forte. Já o ensino de ofícios estar colocado em todo o nível pós-primário, embora continuassem existindo escolas de ofícios assistenciais.

Esta lógica, calcada na distinção das classes sociais, sobreviveu por 16 anos, mesmo com a queda do Estado Novo. As concepções e práticas escolares dualistas foram mantidas, mesmo após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em fins de 1961, com isso:

A educação escolar acadêmico-generalista, na qual os alunos tinham acesso a um conjunto básico de conhecimentos que eram cada vez mais amplos, à medida que progrediam nos seus estudos e de outro, a Educação Profissional, na qual o aluno recebia um conjunto de informações relevantes para o domínio de seu ofício, sem aprofundamento teórico, científico e humanístico que lhe desse condições de prosseguir nos estudos ou mesmo de se qualificar em outros domínios (ALVES apud MANFREDI 2002, p. 103).

Nesse período, acontece o fortalecimento e expansão do Sistema S, principalmente quando da ascensão dos militares ao poder a partir de 1964. Esses governos revitalizaram o Programa Intensivo de Formação de Mão-de-obra (PIPMO), para fazer frente aos grandes empreendimentos estruturados para atender a estratégia de desenvolvimento traçada pelos militares, sendo o Senai uma das instituições contratadas para ministrar os treinamentos.

Para Ramos (2012) e MANFREDI (2002), o ponto de maior impacto na estruturação da educação brasileira e, conseqüentemente, do ensino profissional acontece com a reforma de ensino fundamental e médio mediante a Lei 5692/71 que institui a “profissionalização universal e compulsória para o ensino secundário, estabelecendo uma equiparação entre o curso secundário e os cursos técnicos (ver figura 4).

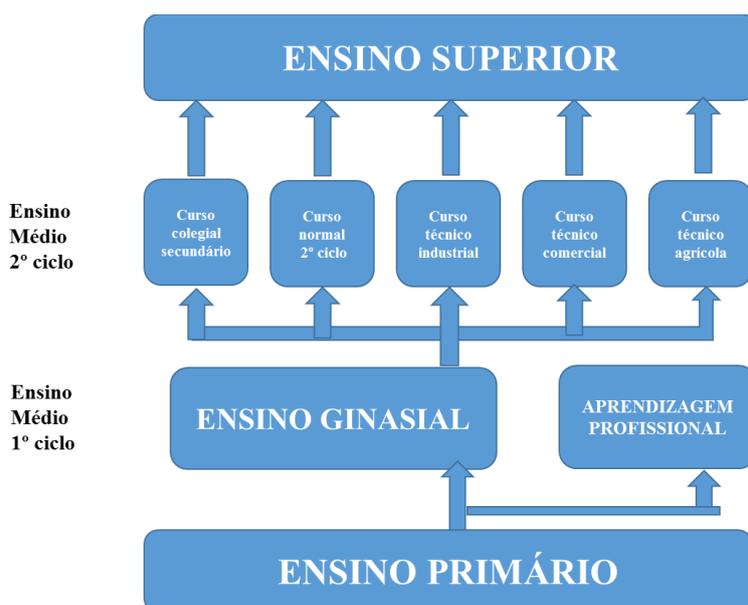


Figura 4 -Articulação entre níveis de ensino segundo a Lei de Diretrizes e Bases de 1961
Fonte: Cunha (2005, p. 166)

A figura mostra que o ensino ginásial passa a ser único, deixando-se a especialização dos diversos ramos para o segundo ciclo. Tem-se a unificação do primeiro ciclo a escola média num tronco comum, que, segundo Cunha (2005), tem a finalidade de dar uma educação geral para todos, oferecendo outras opções para especialização.

Complementando a concepção expressa graficamente, tem-se a constatação de que:

O discurso utilizado para sustentar o caráter manifesto de formar técnicos construiu-se mediante o argumento da escassez de técnicos no mercado e da necessidade de evitar a “frustração de jovens” que não ingressariam na universidade nem no mercado por não apresentar uma habilidade profissional, o que seria solucionado pela terminalidade do ensino técnico (OLIVEIRA, 2012, p. 32).

A década de 1970 é o período em que a política econômica e de desenvolvimento brasileiro ocorre de forma mais planejada, mediante a elaboração dos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND). Nesse período o país se endivida para crescer (em função do excesso de dinheiro no mercado internacional), com projetos de investimento produtivo o que demandaria qualificação de trabalhadores. Conforme Ramos (2012), mantinham-se dois eixos de atuação: a formação acelerada de operários para a realização de trabalhos simples e a formação de técnicos de nível intermediário, em menor número, para as funções de prepostos nas multinacionais, paralelamente à formação propedêutica destinada as classes mais favorecidas.

Essa política de formação acelerada de mão de obra tinha como pressuposto a possibilidade da população aumentar a sua renda, sendo esse o período em que a Teoria do Capital Humano foi mais difundida. As estratégias adotadas pelo segundo PND, em meados de 1976, vêm demonstrar o enfraquecimento do modelo econômico dependente que não foi capaz de trazer o desenvolvimento científico e tecnológico ao país. Ao invés disso, teve início o período recessivo no qual a disparidade de renda é ampliada.

2.1.3 Educação e Trabalho: de FHC até os governos do PT

Os anos 1990 iniciam-se com mudanças profundas na reorganização do capital, mudanças essas que vão se refletir diretamente na educação profissional brasileira. Esse período é marcado pelo processo de ocidentalização, apropriação e de subjugação, inclusive cultural, dos países subdesenvolvidos, explicado pelo estágio de inferioridade dessas nações em relação aos países chamados centrais (OLIVEIRA, 2003, p. 11).

Ainda segundo Oliveira (2012), Marx e Engels apontavam no Manifesto do Partido Comunista, a necessidade de o capital avançar desenfreadamente à procura de novos mercados. Destruindo e reconstruindo novos padrões de sociabilidade, impondo pelos movimentos de internacionalização e de globalização econômica uma nova relação entre ele e as fronteiras nacionais, bem como a suspensão dos antigos padrões culturais.

A globalização tem como características principais a internacionalização do capital, aliada à descentralização da produção e uma profunda reforma estrutural do Estado. Porém, sob a orientação do receituário neoliberal, cada nação assume conteúdos distintos conforme o seu papel na divisão internacional do trabalho. Assim:

[...] para os países fora do bloco das nações industrializadas, a reestruturação do Estado, a liberação da economia ao capital estrangeiro, a desregulamentação das relações trabalhistas e a diminuição da ação estatal nas áreas sociais não são expressões universais do fenômeno globalização, mas sim de um modelo específico de globalização “imposto” a estes países (OLIVEIRA, 2012, p. 12)

Uma nova forma de organização da produção é implementada, a chamada produção flexível, tendo por efeitos a operacionalização de uma nova relação entre capital e trabalho. A produção flexibilizada enfraquecerá os movimentos dos trabalhadores em função dos altos números de desemprego, aumentando o “exército industrial de reserva”. Tal modelo diminui a necessidade de trabalhadores estáveis, passando a utilizar cada vez mais trabalhadores temporários ou terceirizados, inibindo qualquer organização sindical. Em outras palavras, “A flexibilização da produção representa a opção desenvolvida pelo capital para superar o caráter profundamente centralizado e rígido do taylorismo e garantir as condições necessárias para realizar seu processo de reprodução” (OLIVEIRA, 2012, p.14).

Além disso, o receituário neoliberal preconizava a forte redução da presença do Estado nas políticas públicas e em ações ligadas às áreas sociais, principalmente na educação, que passa a ser tratada como bem de consumo, sujeito às regras do mercado, passando a sofrer pressões de grupos empresariais para que deixasse de ser um direito público. Para facilitar esse processo o Estado é colocado como incompetente na gerência das atividades educacionais, o que facilita os interesses de grupos empresariais interessados em estabelecer um novo mercado para acumulação de capital.

Como a educação profissional está atrelada ao modelo econômico, será influenciada pelas mudanças no âmbito do capitalismo global. Esse foi o momento no qual se estabeleceu a reforma da educação profissional brasileira. Essa reforma está inserida em um conjunto de estratégias estruturadas pelo governo Fernando Henrique Cardoso, objetivando deslocar do

conflito capital e trabalho o agravamento da crise social existente. Ao responsabilizar a má qualificação dos trabalhadores pelos altos índices de desemprego, o governo instituiu no imaginário coletivo a ideia de que a única saída para os chamados menos favorecidos seria “a apropriação de um novo capital cultural, habilitando-se a disputarem, em melhores condições, uma vaga no mercado de trabalho” (RAMOS, 2012, p. 37).

Para Ramos (2012), a Gestão FHC foi responsável pela desorganização do histórico ensino técnico de nível médio promovida pelo decreto n 2.208/97, ao implantar ações desarticuladas em relação à educação básica e às políticas de geração de trabalho, emprego e renda. Por exigência do Banco Mundial as políticas de formação para o trabalho passam a ser orientadas para os programas de capacitação de massa, fazendo com que:

Além de críticas ao custo da formação profissional de nível médio e à elitização desse tipo de ensino, que estaria ocorrendo principalmente em escolas federais, o Banco Mundial considerava que, num país onde o nível de escolaridade era tão baixo, aqueles que chegassem a fazer o ensino médio teriam expectativas e condições de prosseguir os estudos em vez de ingressar imediatamente no mercado de trabalho. Os recursos deveriam ser revertidos, então, para aqueles com menor expectativa social, principalmente mediante cursos profissionalizantes básicos que requerem pouca escolaridade (RAMOS, 2012, p 35).

Fundamentando-se na teoria do capital humano, a partir de 1995, são implantadas várias reformas usando-se como motivação a conquista de um modelo de desenvolvimento econômico com maior igualdade social. Nesse sentido e atendendo recomendações da *Comisión Económica* para América Latina (CEPAL), é criado o Plano Nacional de Educação Profissional (PLANFOR), responsável pela formação destinada a trabalhadores com baixo nível de escolaridade, compartilhada pelos Ministérios da Educação (MEC) e do Trabalho (MTB).

Essa reforma desvincula a formação geral da profissionalizante. Com isso as escolas técnicas deixaram de oferecer ensino médio profissionalizante para oferecer cursos técnicos concomitantes ou sequenciais a esses. As políticas de formação para o trabalho passaram a ser orientadas para programas de capacitação de massa, descolando da educação profissional e tecnológica a relação do sistema educacional.

Ainda segundo Ramos (2012), poucos cursos técnicos se mantiveram na gestão direta dos poderes públicos ou federal, sendo grande parte transferida para o setor privado principalmente por adesão ao Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP) do MEC, fato comprovado pelo Censo de 2003, onde a oferta de educação profissional pelo setor privado, superou a oferta pública. Esse programa visava implantação/readequação de 200 centros de Educação Profissional.

Surge uma nova ética associada à ideologia da empregabilidade que, em termos de desenvolvimento educacional, significa uma mobilização individual de cada trabalhador para buscar e estar preparado para as oportunidades que o mercado oferece, as quais:

Do ponto de vista político-pedagógico, [...] são difundidas com base na “pedagogia das competências”, cujo princípio é a adaptabilidade individual do sujeito às mudanças socioeconômicas do capitalismo. Por essa ótica, a construção da identidade profissional do trabalhador torna-se produto das estratégias individuais que se desenvolvem em respostas aos desafios das instabilidades internas e externas à produção o que inclui também estar preparado para o desemprego, o subemprego ou o trabalho autônomo. (RAMOS, 2012, p.37)

As medidas contidas no decreto nº 2.208/97 estabeleceram uma separação entre o ensino médio e ensino profissional, gerando sistemas e redes distintas, em contraponto ao que se esperava, a perspectiva de uma especialização profissional como etapa que ocorreria após a conclusão do curso básico unitário. Esse quadro perdura até a chegada dos anos 2000, quando a eleição de um novo governo permitiu retomar a discussão sobre a relação entre o ensino médio e a educação profissional. Isso acontece no período de transição entre os governos FHC e o governo Lula.

O novo governo promove vários seminários nacionais sobre o ensino médio e a educação profissional e a relação entre eles. Essas discussões políticas e teóricas resultam na revogação do decreto 2.208/97, através do decreto nº 5.154/2004, reestabelecendo a possibilidade de integração curricular dos ensinos médio e técnicos de acordo com o que dispõe a LDB e redireciona os recursos do PROEP para o segmento público.

Conforme Ramos (2012, p. 38), a revogação do decreto nº 2208/97, buscou restabelecer os princípios norteadores de uma política de educação profissional articulada com a educação básica, tanto como um direito das pessoas, quanto como necessidade do país, sendo assim resumidos por ela:

- Defesa de uma organização sistêmica da educação profissional organicamente integrada à organização da educação nacional, com políticas nacionais coordenadas pelo Ministério da Educação, articuladas às de desenvolvimento econômico e às de geração de trabalho e renda, em cooperação com outros ministérios e com os governos estaduais e municipais.
- Definição de responsabilidades em termos de financiamentos da educação profissional, inclusive propondo a constituição de um fundo nacional com esse objetivo, bem como o controle social de gastos e investimento;

- Regulamentação do nível básico da educação profissional, inclusive re- vendo sua nomenclatura, no sentido de integrá-lo a itinerários normativos que pudessem redundar em formações estruturadas e, ainda, de articulá-lo às etapas da educação básica, de acordo com as necessidades dos jovens e adultos trabalhadores.
- Superação do impedimento de integrar de forma curricular o ensino médio e a formação técnica, desde que atendida a formação básica do educando, conforme prevê o parágrafo 2º do artigo da LDB, atendendo às necessida- des do Brasil e de seus cidadãos;
- Monitoramento e garantia da qualidade, com controle social, do nível tec- nológico da educação profissional.

A integração entre ensino médio e educação profissional constante no decreto nº 5.154/2004, embora não tenha trazido unanimidade em aprovação, representou para os educa- dores um avanço, principalmente pela forma como foi construída. Foram convocados seminá- rios nacionais sobre o ensino médio e a educação profissional e a relação entre eles, se dava segundo Moura (2012, p.56), “de qualquer maneira, a integração entre ensino médio e educa- ção profissional constante no decreto nº 5154/2004, representa uma possibilidade de avanço na direção de construir um ensino médio igualitário para todos [...]”.

Tratava-se de uma solução vista como transitória, pois era fundamental avançar na construção de uma sociedade que permitisse aos jovens das classes pobres terem o direito de escolher uma profissão a partir dos 18 anos de idade, como sempre tiveram os filhos das clas- ses mais abastadas. Para FRIGOTTO, Ciavatta e Ramos (2005), era também viável, porque o ensino médio integrado ao ensino técnico, sob uma base unitária de formação geral era uma condição para fazer a travessia para uma nova realidade. No entanto, esses autores considera- vam que essa integração vinha sendo implantada de forma tímida pelo novo Governo, na rede federal de educação profissional e em algumas redes estaduais.

2.2 EDUCAÇÃO E TRABALHO: PROMINP E AS NOVAS PERSPECTIVAS DO SE- TOR PETRÓLEO

O processo de industrialização mundial foi marcado pela consolidação do uso do petróleo como fonte de energia primária. Com o desenvolvimento da indústria automobilística e da aviação, principalmente a partir da 1º e 2º guerras mundiais, o petróleo tornou-se a prin-

principal fonte energética mundial. Sinônimo de poder e tido como responsável pelas principais guerras no mundo, ter petróleo pode significar ter a possibilidade de desenvolvimento econômico-social, num mundo cada vez mais dependente do petróleo para o seu progresso econômico. Um bem finito e escasso num cenário de demanda crescente de energia no mundo.

A utilização de recursos naturais tem sido um importante condutor de desenvolvimento econômico-social de vários países, especialmente quando são implementadas ações integradas para alavancar o desenvolvimento de toda a cadeia produtiva, assim como das atividades associadas, aumentando com isso os ganhos obtidos pelo país, além de ampliar a base da sociedade atingida por tais benefícios.

Mudanças na legislação do setor petróleo no Brasil combinadas com grandes descobertas de reservas em campos de águas ultra profundas, como o campo de Roncador (Figura 5), produziram um alerta para a Petrobras e para o Governo brasileiro: os desafios que seriam necessários enfrentar, para materializar o aumento da produção de petróleo, após essas descobertas. Para isso, era essencial a participação do Estado como alavancador do crescimento industrial, com implantação de políticas públicas que estimulassem o desenvolvimento econômico através do fortalecimento das empresas ligadas ao setor.

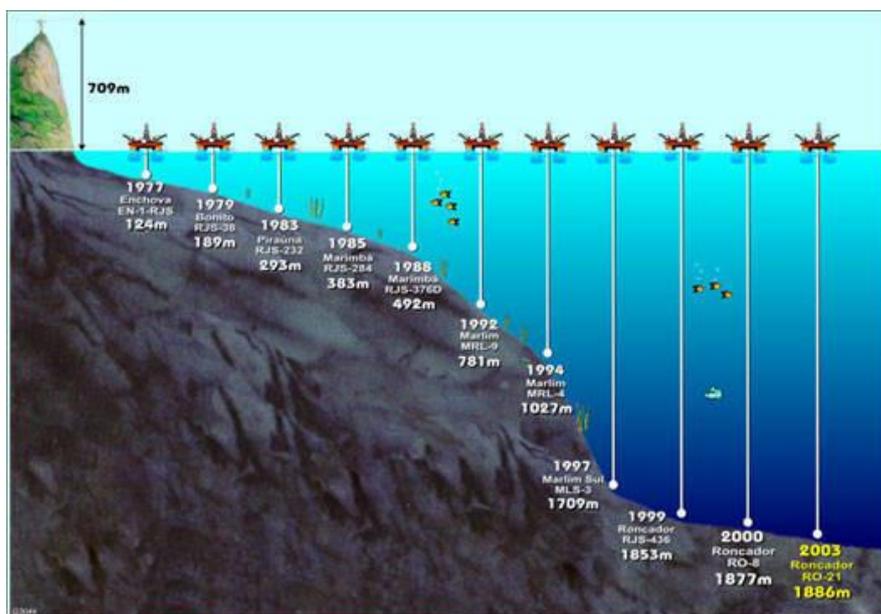


Figura 5 - Evolução da profundidade de campos até Roncador
Fonte: Petrobras, 2014

Nesse sentido, o Governo Federal brasileiro, através do Decreto no 4.925, do dia 19 de dezembro de 2003, instituiu o Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural (PROMINP), que, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia (MME)

pela Petrobras, teria como objetivo principal criar um fórum permanente de discussão para desenvolvimento de ações que ampliassem, de forma competitiva e sustentável, a participação da indústria nacional de bens e serviços na implantação de projetos de petróleo e gás natural no Brasil e no exterior (PROMINP, 2014).

Essa foi a principal motivação para a criação do PROMINP, estimular o fortalecimento da indústria nacional de bens e serviços, com objetivo de colocá-la em um nível de competitividade de classe mundial, padrão requerido para os fornecedores do setor. Para tanto, buscando vencer um período de mais de uma década de baixos investimentos, com consequentes reflexos na capacidade de produção industrial do país, a estratégia adotada foi a implementação de ações estruturantes a partir da articulação de Governo, empresas do setor de Petróleo e Gás (P&G) e indústria fornecedora de bens e serviços, visando fortalecer as indústrias do país para resistir às condições naturais de uma economia de mercado.

As ações de estruturação do Programa versaram sobre três fatores: infraestrutura de produção, infraestrutura em tecnologia e qualificação pessoal, sempre com foco na geração de emprego, no fortalecimento e na competitividade da indústria nacional.

Ainda segundo o PROMINP, por ter como principal premissa orientar suas ações para atendimento das demandas do setor, inicialmente eram identificados os bens e serviços, a infraestrutura e o pessoal qualificado necessários, associados aos investimentos planejados para os anos seguintes. Conhecidas as necessidades, era possível então identificar e implementar ações requeridas, com a contribuição dos vários agentes envolvidos na questão, especialmente as entidades de governo, empresas demandantes de bens e serviços, associações empresariais, entidades de fomento, pesquisa e ensino.

A disponibilidade de profissionais qualificados no mercado era, e ainda é, um dos fatores determinantes da capacidade de atendimento competitivo da indústria nacional. Considerando que a quantidade de profissionais especializados no mercado é bem inferior à demanda, tornou-se urgente a mobilização nacional de entidades e instituições de ensino visando à formação e a qualificação profissional, uma vez que, estimava-se um déficit de cerca de 120 mil profissionais qualificados para atuar no setor (MACIEL, 2013, p.1).

Na época do lançamento do PROMINP, em 2003, estavam acontecendo diversos encontros nacionais para discutir a relação entre ensino médio e a educação profissional. Esses encontros resultaram na aprovação do decreto n 5.154/2004 que apontava para a possibilidade de integração entre ensino médio e a educação profissional. Entretanto, mantinha outras duas possibilidades de articulações previstas no decreto anterior (nº 2.208/1997) – as formas

subsequente e concomitante, muito contestadas nos fóruns de discussões (MOURA, 2012, p.55)

A forma subsequente compreendia os cursos técnicos de nível médio e era destinada a quem já houvessem concluídos o ensino médio propedêutico de baixa qualidade, onde as questões inerentes ao mundo do trabalho não eram tratadas. Esses jovens e adultos não tinham continuado os estudos para o ensino superior e não tinham condições de inserção no mercado de trabalho em atividades mais complexas. Assim, os cursos técnicos subsequentes se constituíam em uma alternativa válida, podendo contribuir para melhorar as condições de inserção social, política, cultural e econômica dessa parcela da população brasileira.

A forma concomitante compreendia os cursos técnicos voltados para aqueles que estivessem cursando o ensino médio e, segundo Moura (2012), foram mantidos em função de disputas no âmbito governamental, possivelmente, em função de pressões do chamado Sistema S, principalmente do SENAI e do SESI.

Esses cursos, chamados de subsequentes, sempre foram vistos como uma solução transitória pelos principais educadores do país, por acharem fundamental avançar na direção de construir uma sociedade na qual os jovens das classes populares tivessem os mesmos direitos dos jovens de classe média alta, em escolher uma profissão após os 18 anos.

De qualquer forma, o novo decreto trazia a possibilidade de reintegração entre o ensino médio e a educação profissional, o que representava a possibilidade de avanço na direção de uma educação igualitária, exigência de uma sociedade com elevada desigualdade socioeconômica que obrigava jovens de famílias mais pobres a ingressarem no mercado de trabalho bem antes dos 18 anos, para ajudarem os pais no complemento da renda familiar.

Como a qualificação de pessoal para a indústria de petróleo e gás natural sempre foi um dos focos do PROMINP, foi estruturado, em 2006, o Plano Nacional de Qualificação Profissional (PNQP), com o objetivo de qualificar profissionais para atuação nos diferentes elos da cadeia de suprimento do setor, oferecendo cursos gratuitos nos estados onde houvesse investimentos na área de petróleo e gás. A quantidade e os tipos de cursos oferecidos dependeriam da localização dos empreendimentos e do diagnóstico de profissionais necessários para implantação dos mesmos (PROMINP, 2014).

Além da gratuidade dos cursos, o plano previa o pagamento de bolsas-auxílio mensais para os alunos que estivessem desempregados, variando conforme o nível de escolaridade, com investimento da Petrobras, condicionados à autorização da ANP, uma vez que esses investimentos seriam abatidos das obrigações da companhia no que diz respeito a Cláu-

sula de Investimento em Pesquisa e Desenvolvimento, constante dos Contratos de Concessão para Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural.

Assim, o Plano passou a oferecer cursos distribuídos em cento e oitenta e cinco categorias profissionais ligadas às atividades petrolífera, para serem executados pelas principais instituições de ensino do país. Dessas, cento e cinco categorias eram destinadas aos concluintes do ensino médio e outras quarenta e três categorias oferecidas aos portadores de diploma de nível superior. As outras trinta e sete categorias, por suas especificações de baixa complexidade, exigiam apenas o ensino fundamental incompleto.

Os cursos do PNQP, em sua maioria subsequentes, por serem destinados aos concluintes do ensino médio, foram organizados em ciclos de qualificação. Entre 2006 e 2013 foram realizados seis ciclos de qualificação, totalizando cerca de 97.000 mil profissionais qualificados, com investimento de 247 milhões de reais aproximadamente, cumprindo, pelo menos parcialmente, os mesmos objetivos dos cursos chamados subsequentes:

Compreende-se que a forma subsequente – cursos técnicos de nível médio destinados a quem já concluiu o ensino médio – justifica-se porque há muitos jovens e adultos que concluíram o ensino médio propedêutico de baixa qualidade e que não vão para o ensino superior, nem têm condições de inserção em atividades complexas, dentre as ocupações de nível médio. [...] os cursos subsequentes podem contribuir para melhorar as condições de inserção social, política, cultural e econômica desses brasileiro (MOURA 2012, p. 55).

Conforme PROMINP (2014), hoje o PNQP possui duas rotas de qualificação: a qualificação chamada Aluno Público, na forma original e que continua qualificando profissionais selecionados por meio de processo seletivo público; e o, recém criado, chamado de Aluno Empresa, para qualificar profissionais em parceria com as empresas, que ficam responsáveis por selecionar os alunos para os cursos, sejam estes seus próprios funcionários (Aluno Empresa Contratado) ou recrutados no mercado (Aluno Empresa Recrutado). Nesta última rota, a empresa divide o custo do curso com o PROMINP, sendo essa a rota que ganhará prioridade de investimento do Programa reafirmando o caráter transitório de qualificação do modelo original. Possivelmente, devolvendo ao poder público a responsabilidade de promover uma política pública voltada para uma educação profissional que possa enfrentar os desafios que se avizinham com a descoberta de petróleo na chamada camada do pré-sal.

Em 2007 a Petrobras descobre a maior província petrolífera do mundo nos últimos dez anos. A camada do pré-sal é uma grande jazida de petróleo localizada abaixo do leito do mar, com volume de aproximadamente 50 bilhões de barris, e compreende uma faixa de 800 km entre os estados do Espírito Santo e Santa Catarina, afastada de 100 a 300 km da costa.

Além da alta profundidade do mar e das condições difíceis de trabalho no oceano, o maior desafio para geólogos e engenheiros está em acessar a reserva, que fica entre 5 e 7 km abaixo do nível do mar, localizada sob uma extensa camada de sal, de 2 km (ver figura 6).

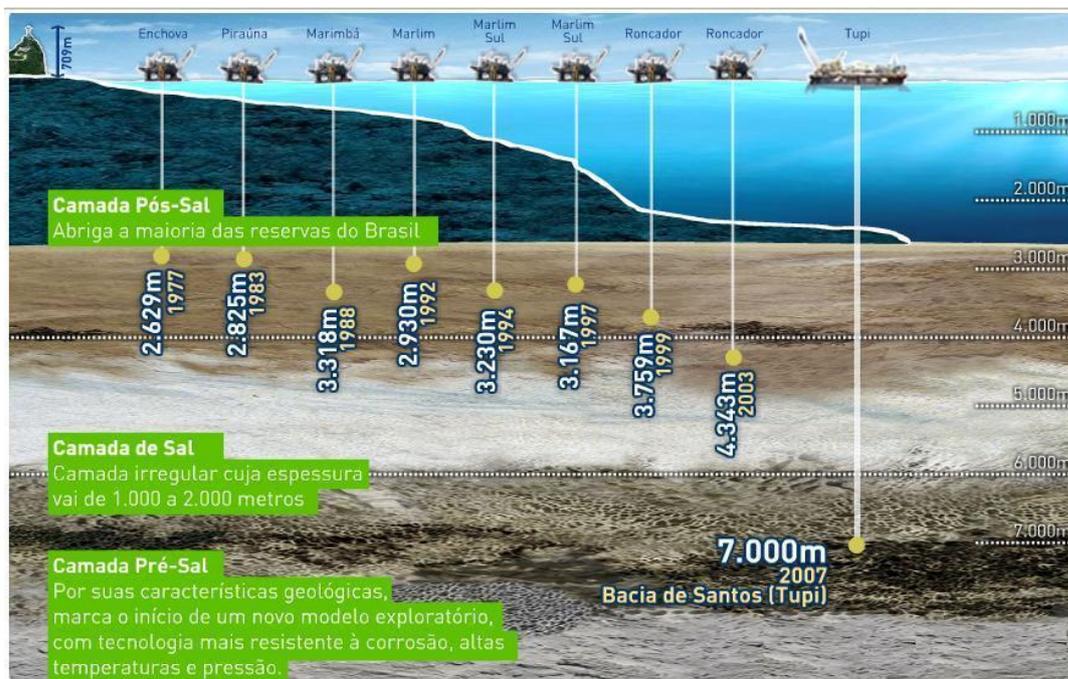


Figura 6 - Evolução da profundidade de campos até o pré-sal
Fonte: Petrobras, 2015

Para viabilizar a produção do petróleo do pré-sal os desafios só aumentam a responsabilidade do País com educação profissional e desenvolvimento em tecnologia. A própria Petrobras, em seu site, já vislumbra as dificuldades e os desafios que serão necessários para viabilizar a produção no pré-sal:

Esse é outro grande desafio: [...] a capacidade instalada da indústria de bens e serviços ainda é insuficiente para atender às demandas previstas. [...] a Petrobras recorrerá a algumas vantagens competitivas já identificadas, para fomentar o desenvolvimento da cadeia de suprimentos. [...] “a sua capacidade de articulação com fornecedores de bens e serviços e com a área acadêmica no aporte de conhecimento; e o grande interesse econômico e tecnológico que esse desafio desperta na comunidade científica e industrial do país” (Petrobras, 2014).

Os números de profissionais qualificados necessários ainda não são precisos. Segundo Maciel, o déficit de mão-de-obra qualificada após a descoberta do pré-sal aumentou para 285 mil profissionais, já para os primeiros anos de produção do petróleo. Dados mapeados pelo Senai, dão conta de 86 mil profissionais de nível técnico até 2015 (ver figura 7, abaixo).

OPORTUNIDADES À VISTA

Estudo da Confederação Nacional da Indústria (CNI) mostra que os investimentos na área do pré-sal vão abrir milhares de vagas de emprego, principalmente no nível técnico. Os salários iniciais vão até R\$ 5,7 mil. Confira



Figura 7 - Impactos econômicos do pré sal
 Fonte: SENAI, 2014

A Petrobras afirma que há necessidade de 207 mil profissionais qualificados até 2015 para trabalhar com petróleo. Essa demanda vai exigir pessoal qualificado para atuar no setor em diferentes carreiras técnicas e de nível superior. Mas o maior déficit é na engenharia, pois dela dependem as etapas da exploração. Estão em alta: geofísico, engenheiro de petróleo (para estudos de reservatórios de petróleo), engenheiro mecânico, civil e elétrico (na construção da plataforma) e engenheiro químico (nas refinarias). Entre as muitas opções de profissionais estão técnicos de perfuração de poços, em logística e de operação. Especialistas em meio ambiente também são fundamentais.

Para suprir a carência de pessoal, empresas, universidades e governo não param de abrir cursos voltados à área de petróleo e gás e de oferecer incentivos na tentativa de atrair trabalhadores interessados em especializar-se no setor. Por tudo isso e pelas especificidades dos conhecimentos e dos profissionais necessários para atuar no setor é que urge consolidar a integração entre o ensino médio e o ensino profissional retomando os pressupostos do decreto nº5.154/2004, que, segundo anunciado pelo Ministério da Educação no início do Governo Lula, seria de reconstruí-la como política pública e

[...] corrigir distorções de conceitos e de práticas decorrentes de medidas adotadas pelo governo anterior, que de maneira explícita dissociaram a educação profissional da educação básica, aligeiraram a formação técnica em módulos dissociados e estanques, dando um cunho de treinamento superficial à formação profissional e tecnológica de jovens e adultos trabalhadores (BRASIL, apud FRIGOTTO, 2005, p. 1089).

Nesse sentido, deve ser retomado o debate sobre a reintegração entre ensino médio e educação profissional no Brasil, no qual, a necessidade de políticas públicas de formação profissional devem ter por meta a superação do caráter assistencialista e

compensatório - com os cursos chamados de subsequentes para jovens e adultos, concluintes de ensino médio de qualidade duvidosa -, para promover a inclusão social. Sob tal perspectiva, há uma travessia complexa e até contraditória a fazer; travessia esta que implica atuar sobre a realidade até então produzida e buscar formas de mudanças estruturais que a modifiquem radicalmente. (FRIGOTTO, 2012, p. 72)

Notícias vinculadas à Petrobras sinalizam a necessidade de cerca de 200 mil engenheiros até 2020 para atuar nas atividades ligadas à exploração e produção do pré-sal. Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o Brasil forma anualmente cerca de 30 mil engenheiros, contra 80 mil na Coreia do Sul, 250 mil na Índia e 400 mil na China. Outro estudo mostra que o país não tem número suficiente de engenheiros para atender aos novos postos que devem surgir com o crescimento econômico. De cada sete engenheiros formados no Brasil, apenas dois estão formalmente empregados em funções típicas da profissão, ou seja, não basta ter o diploma para ter emprego, o que pode ser explicado a partir da visão de que:

[...] a despeito dos crescentes níveis de conclusão de curso, os engenheiros, arquitetos e tecnólogos disponíveis não estariam atendendo a contento as competências e habilidades demandadas pelo mercado de trabalho. Em outras palavras, a qualidade da formação desses profissionais não seria satisfatória – frente ao que requererem os empregadores – e estaria entre as razões da percepção de escassez generalizada que se alastra no senso comum (IPEA, 2012)

A complexidade das atividades de exploração e produção no pré-sal vão exigir uma força de trabalho com conhecimentos diferenciados para explorar e produzir em horizontes geológicos muito mais complexos. Pelas características da área, as atividades terão que ser reinventadas. Todo o processo produtivo terá que ser revisto, ampliando a necessidade de desenvolvimento de novas tecnologias. E se os modos de produção mudam, mudam com eles o processo de formação para o trabalho, exigindo que cada vez mais a divisão tradicional entre trabalho manual e intelectual fiquem para trás.

Segundo Moura (2012), é preciso uma educação profissional fundada no trabalho como princípio educativo e não com a formação de recursos humanos, noção advinda da teoria do capital humano. Ao pensar integração entre ensino médio e a educação profissional, tendo em sua base unitária a integração entre trabalho, ciência e tecnologia e cultura, é necessário fazê-lo na perspectiva de sua contribuição para a consolidação das políticas de ciência e tecnologia, de geração de emprego e renda, de saúde pública, de desenvolvimento da indústria e do comércio. O que exigiria um projeto de desenvolvimento socioeconômico articulado em todos esses setores.

Para FRIGOTTO (2012), o ponto central neste horizonte é não perder de vista a compreensão que situa o ensino médio como a fase final da educação básica e a articulação inseparável da formação profissional com a mesma. Nesse sentido é crucial retomar a ideia da construção de um sistema nacional público de educação, para que se tenha uma formação que forneça as bases científicas e tecnológicas e que possa preparar para o trabalho complexo um grande contingente de jovens com possibilidades de produção científica.

Para isso é necessário garantir, desde já, aos adolescentes, aos jovens e ao adulto trabalhador o direito a uma formação completa, que supere a divisão social do trabalho entre a ação de executar e ação de pensar, dirigir ou planejar, superando a redução da preparação para o trabalho apenas ao seu aspecto operacional.

Os desafios são grandes, o que exige criatividade e novas formas de formação para um novo modelo de produção. Não podemos correr o risco da chamada “maldição do petróleo” típico de países exportadores de óleo cru, com baixa industrialização e alta desigualdade social. Daí a importância de termos uma educação profissional emancipatória, onde a integração trabalho, ciência e tecnologia e cultura estejam associados e presentes. Um projeto de educação coerente com o projeto de desenvolvimento nacional e soberano em contraposição ao capitalismo dependente.

As descobertas brasileiras de petróleo no pré-sal, podem elevar o país ao sexto lugar na relação dos países detentores das maiores reservas de petróleo no mundo. A forma como o país irá explorar essa riqueza, ainda depende de uma grande correlação de forças políticas. Mais do que uma realidade trata-se de uma necessidade premente. Com isso a formação de trabalhadores críticos e autônomos deve ser a tônica da educação profissional. Torna-se inaceitável um projeto educacional onde a formação geral não esteja articulada com a formação profissional, não cabendo a concepção burguesa de fragmentação do trabalho entre os que pensam e os que executam.

Nesse sentido é que convergem as opiniões dos principais estudiosos de educação brasileiros tais como FRIGOTTO, Ciavatta, Ramos, Saviani, entre outros, em apontar a educação politécnica (ou politecnia) como propósito de educação a ser construída a médio e longo prazo. Para Saviani a noção de politecnia:

[...] diz respeito ao domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho produtivo moderno. Está relacionada aos fundamentos das diferentes modalidades de trabalho e tem como base determinados princípios, determinados fundamentos, que devem ser garantidos pela formação politécnica. Porquê? Supõe-se que, dominando esses fundamentos, esses princípios, o trabalhador está em condições de desenvolver as diferentes modalidades de trabalho, com a compreensão do seu caráter, sua essência (SAVIANI, 2003, p. 140)

O ensino médio integrado ao ensino técnico seria uma condição necessária para a construção do ensino médio unitário e politécnico. Ou seja, educação integrada, o que se quer, é que a educação geral se torne parte inseparável da educação profissional em todos os campos onde se dá a preparação para o trabalho, seja nos processos produtivos, educativos ou no ensino técnico, tecnológico ou superior. Encarar o trabalho como princípio educativo visando superar a dicotomia trabalho manual/intelectual, de incorporar a dimensão intelectual ao trabalho produtivo, de formar trabalhadores capazes de atuar como dirigentes e cidadãos. (GRAMSCI apud CIAVATTA, 2012, p. 84).

2.3 INSERÇÃO PROFISSIONAL: AÇÕES DE INTERMEDIACÃO PARA NEUTRALIZAR FATORES QUE INFLUENCIAM A PROCURA DE EMPREGO NO BRASIL

Os desafios de qualificação para atender o mercado de petróleo e gás são grandes e cresceram ainda mais com os desafios da produção do pré-sal. Entretanto, é sabido que educação profissional não necessariamente significa uma posterior inserção profissional no mercado do trabalho.

Oliveira (2012) afirma que as ações do poder público, preocupados em fazer com que a qualificação profissional tenha como desdobramento a inclusão dos grupos assistidos tem limites reais de efetivação, reforçando que a qualificação profissional não garante emprego e, embora seja um importante fato para os trabalhadores terem algum tipo de certificação na disputa por uma vaga no mercado de trabalho, não consegue superar o processo de redução dos postos de trabalho.

FRIGOTTO, Ciavatta e Ramos (2005) identificam uma falta de integração entre os programas de qualificação para alunos de escola públicas e para desempregados, com outras políticas, como de inserção profissional e de melhoria da renda das famílias. Nesse sentido defendem que, além da preparação profissional, a inserção profissional pressupõe também a procura do emprego e “[...] um conjunto de mecanismos associados que se situam na interface da escola e do trabalho (centro de empregos, programas de auxílio ao emprego, entre outros).

Em visita ao município de Maragogipe, em uma “roda” de diálogos sobre o PROMINP, tomou-se conhecimento do descontentamento em relação ao programa. Deste diálogo emergiu a concepção de que o curso era de boa qualidade, mas reclamava-se do pós curso, em especial da não existência de apoio para a inserção no mercado de trabalho de P&G.

Esse episódio, além do grande número de currículos e e-mails de alunos egressos dos cursos de qualificação do PNQP do PROMINP na Bahia que chegavam ao FR-BA,

chamou a atenção para uma pergunta extraída do livro da professora Nadya Araújo Guimarães: “Como as oportunidades ocupacionais são postas ao alcance dos indivíduos? ”, e como pergunta complementar, “O que poderia ser feito para melhorar a integração entre um programa de qualificação como o do PROMINP e as políticas de inserção profissional e melhoria da renda das famílias? ”.

Com base em premissas típicas da teoria do capital humano, considera-se o investimento em educação estratégico para a inserção profissional e, conseqüentemente para impulsionar a sua ascensão social, e com isso, potencializar o crescimento econômico da sociedade. Todavia a análise do estudo de BOURDIEU, (1988) acerca da mobilidade social da sociedade francesa na década de 1970 leva ao questionamento dessa suposta relação causal entre formação e empregabilidade, na medida em que revela outros vetores que influenciam a ascensão social dos indivíduos. Segundo o autor, as classes econômicas e culturalmente mais favorecidas, oferecem mais acesso às posições de maior potencial no mercado de trabalho a seus descendentes do que as da base do estrato social.

Lemos, DUBEUX e Pinto (2009) realizaram uma pesquisa sobre educação empregabilidade e mobilidade social que teve como objetivo testar a validade das proposições de BOURDIEU, a partir de entrevistas feitas com 98 formandos e egressos de um curso de administração de empresas de uma renomada IES do Rio de Janeiro. A pesquisa conseguiu identificar relações entre as origens desses egressos e sua inserção no mercado de trabalho, ligando bagagem cultural e econômica de sua família, às empresas e aos postos de trabalho aos quais ascenderam. Segundo os autores, tornava-se relevante investigar se as chances de inserção do indivíduo no mercado de trabalho são potencializadas por sua qualificação profissional ou por sua origem social. Nesse sentido afirmavam ser:

[...] plausível questionar se a contratação de novos empregados baseia-se em critérios meritocráticos ou se elementos aristocráticos são levados em consideração. [...] afinal será que, em plena sociedade do conhecimento, o “berço” ainda é um fator decisivo para a inclusão dos indivíduos no mercado de trabalho e, por extensão, na sociedade? (LEMOS, 2009, p. 372).

Outra pesquisa realizada em 2004 por Guimarães (2009), observa a dinâmica do mercado de trabalho sob uma nova lente: a voltada a entender como se disponibilizam as oportunidades ocupacionais aos indivíduos, tendo por foco o mercado de intermediação de oportunidades ocupacionais. A existência de um mercado qualquer pressupõe a presença de no mínimo dois atores, os demandantes e ofertantes de alguma coisa, neste trabalho essa relação se mostra distinta à anterior, já que:

A existência de um mercado de força de trabalho supõe a presença num dado território, dos dois componentes primários que configuram essa relação mercantil: ofertante de postos ocupacionais, por um lado e demandantes de emprego, por outro. Contudo no que concerne ao mercado de intermediação de força de trabalho, uma condição adicional é igualmente requerida, a de que ofertantes e demandantes convirjam seus esforços para uma rede institucionalizada de agentes que faça a interface, funcionando como mediador dessa relação (GUIMARÃES, 2009, p.48).

Segundo Guimarães (2009), a procura de trabalho é um tema que tem estado à margem das prioridades da pesquisa acadêmica, seja no que concerne à atenção conferida aos agentes econômicos voltados à locação, agenciamento e seleção de trabalhadores para oportunidade ocupacionais disponíveis no mercado de trabalho, seja no que concerne a entender as diferentes iniciativas encetadas pelos indivíduos na busca por emprego. Do ponto de vista das análises sócio demográficas, a procura de trabalho tem sido investigada como uma variável estratégia para adequação da mensuração das condições de inserção individual no mercado de trabalho.

No entanto uma pergunta permanece em aberto: Como as oportunidades de empregos chegam aos indivíduos? Na pesquisa Guimarães procura identificar o papel desempenhado por um terceiro ator: os agentes econômicos, público ou privados, voltadas à prestação de serviços de intermediação de mão de obra. Esses agentes, têm se tornado importantes nos mercados de trabalho em escala internacional. No Brasil, somas consideráveis de recursos públicos a partir de 1990 é destinada à estruturação de redes de intermediação, configurando-se um novo mercado que se estrutura no interior do mercado de trabalho sob uma perspectiva mais ampla, e que faz circular uma mercadoria especial: a informação sobre oportunidade de empregos.

A pesquisa supra citada foi realizada na região metropolitana de São Paulo, em 2004, maior mercado de intermediação do Brasil, sendo entrevistadas 1548 pessoas, em 50 pontos diferentes de procura de empregos, onde procurou-se identificar quem são as pessoas que recorrem às instituições do mercado de trabalho para ter acesso a informações sobre trabalho. Pelos dados levantados, os indivíduos social e economicamente mais vulneráveis, (negros, migrantes, pessoas de baixa renda, baixa escolaridade ou que provinham de ocupações desvalorizadas), eram justamente os que não se apresentavam nessas instituições mercantis de procura, sejam elas públicas ou privadas.

Os alunos egressos do PROMINP, pelas características do curso de qualificação, subsequente e destinados a jovens e adultos que concluíram o ensino médio de baixa qualidade, realizados no Estado onde a maioria da população é negra podem ser identificados com os indivíduos entrevistados na pesquisa de São Paulo.

Na conclusão apresentada na pesquisa indicava-se que não são nessas instituições que esse público procura informações sobre oportunidades de empregos, ao contrário, as informações são obtidas fora do espaço público e institucional do mercado e dentro do espaço privado da convivência íntima da família ou dos grupos de amigos e vizinhos (GUIMARÃES, 2009, p. 173).

A pesquisa ainda mostrou como os indivíduos recém desempregados, recorrem às agências de empregos, empresas de trabalhos temporários, anúncios, classificados e similares e o papel das redes pessoais. Para a autora, as formas de solidariedade social acionadas pelos indivíduos são fundamentais para se deslindar os mecanismos pelos quais se reproduzem as condições de acesso ao trabalho, para não falar das condições de apoio à sobrevivência (com e) sem trabalho.

Embora os resultados indicassem que a maioria dos desempregados recorria às instituições de intermediação de empregos, quando perguntados sobre qual mecanismo haviam obtido o seu último emprego, responderam que haviam acionado as suas redes de contatos sociais, sendo predominante a mesma resposta para o penúltimo e antepenúltimo emprego. Citando vários autores que tratam do tema, Guimarães (2009), conclui que a articulação entre ofertantes e demandantes de trabalho não se realiza apenas pelos mecanismos de mercado, mas que a difusão da informação é um subproduto das relações sociais. E essas relações dependerão fundamentalmente da posição dos membros da sua rede no conjunto do sistema de estratificação. Ainda segundo esta autora, esse estudo sugere que nem todos os indivíduos, têm igual acesso às informações ocupacionais pertinentes, e, nesse sentido, nem todos se beneficiam de modo igual de suas redes de relações. Ou seja:

Estamos diante de uma complexa composição da força entre os laços fortes (domésticos e comunitários) e fracos (associativos e profissionais) num mercado sujeito a elevado e recorrente desemprego, do que resultam vínculos frágeis e trajetórias incertas. Dizem, assim, do peso do que intuimos como possíveis elos fortes e das chances de que a homofilia que neles se contém neutralize a provável relação virtuosa entre trabalho e mobilidade social, reproduzindo, ao contrário, as condições do meio que fornece a informação eficaz para obtenção de trabalho (GUIMARÃES, 2009, p. 192).

Assim, o sucesso da ação de um indivíduo passa a ser visto como dependente da posição, no sistema de estratificação, dos indivíduos aos quais está ligado e não mais exclusiva e simplesmente associado, seja a sua própria posição individual ou a fluidez do sistema enquanto estrutura. Ao contrário, a mensuração de suas chances na disputa por oportunidades na sociedade, as ocupacionais dentre elas, deve levar em conta não apenas quão extensa é a rede em que a pessoa se insere, mas também qual o nível mais elevado nela

alcançado e como se distribuem as relações nesse intervalo, tendo em vista o sistema de estratificação social (GUIMARÃES, 2009, p. 180).

Promover formas que possam neutralizar essas influências foi o caminho apontado pela pesquisa reforçando a importância de se promover ações que atuem como mediadores entre os profissionais qualificados e as empresas que necessitam desses profissionais no setor de petróleo e gás na Bahia. Assim foi com a experiência chamada Aluno – Empresa gestada entre o FR-BA e o Estaleiro Enseada do Paraguaçu (EEP) tanto como as demais ações que serão objeto de sistematização no presente trabalho para posterior socialização com os FRS do Brasil e com a sociedade em geral.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo visa apresentar os procedimentos metodológicos utilizados durante a pesquisa. Partindo de levantamento empírico, este trabalho vai se consolidando pelas necessidades práticas e por inquietações produzidas em função dos resultados de estudo anteriormente realizado no FR-BA. Para tanto se subdivide em duas seções: as características da pesquisa; a condução da pesquisa e a análise dos dados.

3.1 AS CARACTERÍSTICAS DA PESQUISA

Esta pesquisa surge de inquietações do autor quando esteve à frente da Coordenação Executiva do Fórum Regional do PROMINP, na Bahia, no período de 2007 a 2012, com a responsabilidade, dentre outras, de promover a mobilização para qualificação profissional nas regiões da Bahia onde houvesse investimentos da Petrobras. Nesse período foram realizadas ações para ampliar o número de inscritos no processo de seleção do programa, passando o Estado a figurar em 3º lugar no quantitativo de inscrições, tanto em números absolutos, como relativos no que se refere às vagas disponibilizadas.

Por ser um plano orientado por demanda, são realizados diagnósticos periódicos das necessidades de qualificação de profissionais baseados nos investimentos das empresas do setor no Estado, criando-se um histograma, atualizado anualmente, com as qualificações profissionais demandas no Estado. Além disso, em conjunto com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), do Governo do Estado e Prefeituras Municipais, promovem-se ações de reforço escolar para os beneficiários do Programa Bolsa Família, habilitando-os aos processos seletivos para os cursos do PNQP, tendo por objetivo promover a absorção destas pessoas nos empreendimentos do setor de petróleo e gás natural. Destaca-se que as ações de reforço escolar beneficiaram 3.500 pessoas, até o final de 2011.

Esse planejamento sempre foi atrelado ao objetivo principal, capacitar profissionais em quantidade e tempo aderentes às demandas das empresas, visando suprir o mercado baiano de profissionais aptos a atuarem nos empreendimentos do setor petróleo e gás natural. Porém, os resultados esperados não pareciam se concretizar, segundo os números de

currículos e e-mails de egressos solicitando intervenções do FR-BA, na inserção profissional.

Segundo Marconi e LAKATOS (2010), a pesquisa é um procedimento reflexivo sistemático, controlado e crítico, que permite descobrir novos fatos ou dados, relações ou leis, em qualquer campo do conhecimento. Sistematizar essas inquietações num procedimento formal com método de pensamento reflexivo e constituir um caminho para conhecer a realidade, total ou parcial é o que foi almejado nessa pesquisa. Podendo ser considerada como possuidora de objeto empírico, de caráter analítico/objetivo e não prescritivo, essa pesquisa tem como objetivo principal analisar as dimensões e atores que influenciam na inserção profissional das pessoas qualificadas no PNQP do PROMINP.

Para alguns autores como ANDRESKI (1973), THOM (1988), MINAYO e Sanches (1993), e BOURDIEU, CHAMBOREDON e PASSERON (2004), a metodologia deve ser vista não como um conjunto de procedimentos a se obedecer, mas sim como a escolha de técnicas relacionadas direta e significativamente ao problema de pesquisa. Assim, a problematização deve ser vista como o que realmente define a metodologia ou o conjunto de metodologias a ser utilizado na condução do trabalho científico, uma vez que, não se respeitando essa premissa, corre-se o risco de se gerarem estudos vazios de significado.

Nesse sentido, a escolha do método deve ser a primeira preocupação do pesquisador, pelo desenho do caminho a ser percorrido durante o estudo que se quer realizar. É necessário estar ciente dos limites e possibilidades das possíveis formas de coleta de dados, assim como dos métodos existentes para a sua análise, a fim de que a questão da pesquisa objeto do trabalho seja adequadamente respondida, neutralizando as influências que, segundo BOURDIEU, CHAMBOREDON e PASSERON (2004), os valores e crenças do pesquisador podem exercer sobre o trabalho.

Esse estudo se inicia com a avaliação do levantamento da trajetória dos egressos de qualificação do PROMINP na Bahia, encomendado pelo FR-BA, que recebeu documento com os resultados preliminares do levantamento e que doravante será referenciado como “Relatório Final”. Utilizando-se de um dos formatos de avaliação, a pesquisa de avaliação, realizar-se-á, a luz dos dados do relatório final apresentado ao FR-BA e que não foi objetivo de análise, um levantamento quantitativo e qualitativo, com o objetivo de produzir evidências mais específicas acerca da eficácia do plano de qualificação na Bahia. Ao se conceber, a partir dos autores anteriormente citados que o método quantitativo não é o único capaz de dar respostas às diferentes questões trazidas no âmbito das Ciências Sociais, optou-se por conceber a caracterização do levantamento realizado não só das questões quantitativas, mas utilizando de questão aberta que consta do levantamento para que os entrevistados

apresentassem críticas comentários ou sugestões sobre o curso.

Para tal o pesquisador buscou ampliar suas informações partindo, por meio de uma pesquisa bibliográfica para entender melhor o fenômeno qualificação profissional e seus problemas de inserção. Partiu-se para a revisão bibliográfica sobre o tema iniciando por se aprofundar o histórico da Educação Profissional no Brasil, como forma de se conscientizar do processo histórico do tema. Em seguida a investigação passa a ser sobre a relação entre a qualificação realizada pelo PROMINP e a educação profissional, buscando entender como a primeira se insere na educação tradicional.

Buscaram-se informações na Petrobras e no site do PROMINP, entretanto, conforme será visto em alguns momentos da pesquisa, algumas informações que são apresentadas além das referências citadas, são fruto das observações do autor ao longo de seus 34 anos de trabalho na Petrobras. Trabalhos realizados em diversas áreas, tais como operação da produção, cálculos de reservas, estudos de reservatórios, controle de custos de produção, supervisão e controle de central automatizadas de produção, entre outras, o que permite que, em vários momentos, sejam citados fatos observados *in loco*, durante o período das suas atuações laborais.

Baseado nessa prerrogativa, realizou-se um trabalho de natureza explicativa, pois de acordo com Gil (1999), Richardson (2009) e Vergara (2006), seu foco é a identificação das variáveis que determinam e influenciam a existência do fenômeno analisado, objetivando torná-lo mais compreensível. Assim, sempre que possível são apresentadas análises que permitam não somente a comparação de variáveis entre si, como também entre a educação profissional e os modos de produção ao longo do tempo.

Para o segundo objetivo específico - sistematizar as ações de inserção profissional utilizadas pelos Fóruns Regionais do PROMINP visando socializar essas experiências para serem utilizadas com objetivo de ampliar a inserção profissional - optou-se pelas entrevistas semiestruturadas com os gestores dos FRS nacionais. Contatos mantidos durante os encontros nacionais realizados anualmente para avaliação do programa, os quais produziam indícios de que a problemática da Bahia se repetia em outros Estados da federação, e que ações estavam sendo tomadas no sentido de neutralizar as dificuldades encontradas na inserção profissional dos egressos dos cursos de qualificação, e que os resultados das entrevistas, desde que sistematizados poderiam ser utilizados caso fossem socializados para todos os FRS.

3.2 A CONDUÇÃO DA PESQUISA E A ANÁLISE DOS DADOS

Para o primeiro objetivo específico, retornou-se ao Relatório Final, do já citado levantamento da trajetória dos egressos dos cursos de qualificação do PROMINP, para pesquisa de avaliação. O levantamento realizado tinha seis passos: seleção e treinamento dos aplicadores de questionário; definição de universo de pesquisa e estratégia de pesquisa por telefone; aplicação dos instrumentos do questionário de pesquisa; tabulação dos questionários; atualização de dados dos alunos; e análise dos dados quantitativos e qualitativos. Estes passos foram descritos conforme na figura 8:

ETAPAS	DESCRIÇÃO
SELEÇÃO E TREINAMENTO DOS PESQUISADORES	Constituiu-se uma equipe composta por 2 consultores e um supervisor responsáveis por delinear a metodologia de pesquisa e coordenar sua execução técnica. A equipe responsável pela aplicação dos questionários foi composta por 10 profissionais com experiência em telemarketing, selecionados e treinados para a realização da pesquisa.
DEFINIÇÃO DO UNIVERSO DA PESQUISA	O universo é composto por todos os alunos egressos aprovados nos cursos realizados pelo PNQP do PROMINP/BA, a partir da base cedida pelo Programa. Essa base global permitiu classificar os alunos conforme sua residência, identificando os municípios e estados de origem. Constatou-se que a maioria dos alunos era proveniente da Bahia, embora houvesse alunos de outros estados.
APLICAÇÃO DE QUESTIONÁRIOS	A aplicação se deu através de ligações telefônicas, para os 3.719 egressos do PNQP/PROMINP-BA. Foram aplicadas 4 perguntas para a fase quantitativa da pesquisa para identificar a situação do egresso: situação laboral, formalidade e sua atuação na área que foi qualificado. Uma questão final foi incluída, do tipo aberta/subjetiva, que buscou identificar uma percepção qualitativa dos entrevistados, a fim de obter elementos que pudessem contribuir para a melhoria do Programa. Ela foi formulada da seguinte forma: O(a) Sr. (a) gostaria de fazer alguma crítica, comentário ou sugestão sobre o curso que fez ou sobre o PNQP/PROMINP-BA?
TABULAÇÃO DOS QUESTIONÁRIOS	Os dados colhidos foram tabulados pelos aplicadores, utilizando-se sistema via WEB, o que possibilitou a geração de dados das questões fechadas e a categorização das questões abertas. Foram tabulados 1.701 questionários, correspondendo a 45,74% do total de egressos (amostra analisada).
ATUALIZAÇÃO DOS DADOS DOS ALUNOS	Gerou-se tabela complementar, a qual apesar de não fazer parte do escopo inicial do Projeto, em função das dificuldades de contato, a Coordenação do Projeto agrupou as informações coletadas visando reaproveitá-las em futuros contatos.
ANÁLISE DOS DADOS QUANTITATIVOS E QUALITATIVOS	Os dados foram analisados, com meio da estatística descritiva e análise de conteúdo das informações levantadas.

Quadro 1 - Etapas do levantamento sobre a trajetória dos egressos do PNQP na Bahia

Fonte: Elaboração própria (2014), baseado no Relatório Final

Todas as informações constantes no relatório passaram a ser analisadas à luz dos objetivos dessa pesquisa, sendo seus gráficos refeitos e revistos. Para fins de análise o relatório apresentava conceitos sobre trabalho e emprego, sendo esses conceitos revistos com

o acréscimo da visão de atividade laborativa e do emprego, o conceito de trabalho como uma forma de produção de todas as dimensões da vida humana, uma atividade que responde à produção dos elementos necessários e imperativos à vida biológica dos seres humanos, mas que responde também às necessidades de sua vida cultural, social, estética, simbólica, lúdica e afetiva (FRIGOTTO, 2012, p. 59).

Os dados da pergunta aberta, que buscava críticas, comentários e sugestões para melhoria do programa foram revisados sob uma nova lente, tentando identificar, na visão dos alunos entrevistados qual sua percepção sobre as dificuldades ou não de inserção no mercado de trabalho.

Para o segundo objetivo específico da pesquisa - sistematizar as iniciativas e ações de inserção posta em prática nos diversos fóruns do PROMINP - decidiu-se pela utilização de entrevistas semiestruturadas aplicadas aos gestores dos diversos FRS no Brasil, após tomadas uma série de ações mobilizadoras para facilitar sua aplicação. Os primeiros a serem mobilizados foram os gestores executivos do fórum nacional, aos quais foi solicitado apoio na divulgação do trabalho junto aos gestores regionais. Em novembro de 2013, o fórum nacional emitiu um correio eletrônico para os principais gestores informando da realização das entrevistas, importância do trabalho que estava sendo realizado; em dezembro de 2013, durante o encontro nacional do PROMINP foram feitas outras mobilizações.

O roteiro de entrevista foi elaborado de acordo com recomendações de Vergara (2006) e Mattos (2005), visando garantir a abordagem de todos os aspectos vistos como relevantes à compreensão do problema da pesquisa. As entrevistas foram realizadas entre os meses de fevereiro e março (exclui-se janeiro por ser um mês em que muitos gestores estão em gozo de férias). Em primeiro lugar foi enviado um correio eletrônico com o título “Preciso de sua AJUDA” que faz parte dos anexos do trabalho, contendo breve apresentação do pesquisador, já que a maioria dos respondentes já o conhecia, os objetivos do contato e a proposta de participação na entrevista semiestruturada.

O primeiro fórum contatado foi o Fórum Regional da Bacia de Campos (FR-BC), por se ter informações de algumas ações que eram regulares visando a inserção de egressos qualificados na região. Esse contato terminou sistematizando todo o processo da coleta de dados. O FR-BC sugeriu que fosse enviada a entrevista, que assim, foi transformada em questionário. O representante responderia e enviaria a resposta, e, após análise, se realizariam os ajustes necessários, sendo essa a sistemática usada com os demais FRS. A última pergunta da entrevista era a possibilidade de um novo contato telefônico para esclarecimentos adicionais que se fizessem necessários, sendo realizado esse contato sempre que necessário.

Após cumpridas estas etapas, o material era armazenado pondo-se em curso novo processo, já que os resultados das pesquisas eram utilizados como orientações para ajudar na realização da nova entrevista. Ou seja, no retorno do instrumento, as perguntas eram ampliadas sendo coletadas novas informações adicionadas ao roteiro original. A estrutura de análise foi elaborada em quatro passos principais:

- Identificar os problemas relatados por cada fórum regional;
- Caracterizar as ações de inserção relatadas;
- Analisar dos resultados práticos, pontos positivos e negativos;
- Compilar o material enviado para elaboração da cartilha apresentada como produto tecnológico.

A coleta e análise dos dados deu-se em abril de 2014, contemplando após sua leitura minuciosa, a identificação dos aspectos comuns das respostas das entrevistas referentes aos 4 passos supracitados, com vistas a se caracterizar o processo de sistematização das diferentes ações. Dessa análise estruturaram-se quatro categorias principais:

- **Descrição do projeto ou ação** – ações de inserção descritas com o maior nível de detalhe possível;
- **Entidades participantes** – relação das instituições de ensino, empresas, órgãos de governos, identificadas como participante da ação;
- **Resultados da ação** – sistematização dos resultados obtidos. Considerando-se as informações que pudessem contribuir para a compreensão do nível absoluto ou relativo do sucesso da ação;
- **Principais obstáculos** – identificação das dificuldades superadas ou não, no planejamento, realização e avaliação das ações.

Além desses passos procurou-se nas entrevistas percepções críticas, lacunas, pendências, etc, que pudessem produzir uma reflexão sobre o modelo de qualificação, sua eficácia enquanto política pública voltada à qualificação e ao emprego. Essa análise se justifica em função da quantidade de recursos financeiros que estão sendo utilizados para esse modelo de qualificação e dos desafios que se avizinham com as necessidades do pré-sal.

Dos 14 estados em que existem FRS do PROMINP, seis não atenderam à mobilização. Em dois deles, os investimentos da Petrobras ainda são pequenos ou recentes; o Ceará, onde está sendo planejada a construção de uma refinaria *premium*, mas as obras ainda não começaram e sua produção de petróleo é centralizada no Rio Grande do Norte; e o Maranhão, onde também será construída uma refinaria, o fórum foi criado recentemente. Dos outros quatro estados, apenas o Rio Grande do Sul tem ações sistematizadas de inserção

profissional; nos demais, Amazonas, Alagoas e Minas Gerais, atribui-se a não participação a não se ter como atividade principal a qualificação profissional. Os estados que responderam à mobilização foram: Bahia, Pernambuco, Espírito Santo, Paraná, Rio de Janeiro, São Paulo, Sergipe e o Rio Grande do Norte que terminou não obtendo autorização para participar.

Ainda como ação de mobilização posterior à condução e a análise dos dados foi enviado novo e-mail a todos os representantes contatados ou não que responderam à mobilização ou não, com o resultado preliminar do trabalho, a cartilha de inserção profissional. Nesse e-mail solicitou-se a aprovação dos dados analisados e sistematizados para os que responderam a entrevista, assim como foi reenviada a entrevista na busca por mobilizar os fóruns que não participaram.

4 RESULTADO DA PESQUISA

Nesse capítulo apresentam-se os resultados da pesquisa conforme os objetivos específicos apresentados anteriormente:

- Caracterizar o aproveitamento das oportunidades ocupacionais na indústria do petróleo e gás natural na Bahia pelos egressos do PROMINP, no período 2006-2010;
- Sistematizar as ações de inserção profissional utilizadas pelos Fóruns Regionais do PROMINP visando socializar essas experiências para serem utilizadas com objetivo de ampliar a inserção profissional.

4.1 TRAJETÓRIA DOS EGRESSOS DA QUALIFICAÇÃO DO PROMINP – 2006-2010

Foi realizada uma revisão total no Relatório final do levantamento sobre os egressos dos cursos de qualificação realizados na Bahia, entre 2006 e 2010. A primeira investigação realizada foi verificar se a procedência dos alunos e sua residência atual poderia ter influência na sua inserção profissional. Considerando que os investimentos de P&G que motivaram a qualificação, estão sendo realizados no Estado da Bahia, e em cidades próximas às atividades do setor, constatou-se que, em função da maioria dos alunos serem procedentes do Estado da Bahia, 99 %, e que vivem em cidades próximas as sedes de empreendimentos do setor, 98 %, esse não seria um fator que pudesse dificultar da inserção profissional.

Foram mantidos contatos com todos os 3.719 alunos da qualificação, mas apenas 1.701 dos contatos foram exitosos, justificando-se esta situação, provavelmente, pela distância temporal entre a data do cadastro da maioria dos alunos e o momento de realização da pesquisa, o que poderia levar a mudanças de domicílio, telefones, e-mails etc.

O primeiro item abordado com os egressos versou sobre a obtenção de trabalho remunerado, sem que houvesse a preocupação em se qualificar a relação de emprego formal. A pergunta apresentada foi “**Logo após o curso, o Sr. (a) conseguiu trabalho?** ” Os resultados são apresentados na tabela 1:

Tabela 1 - Conseguir trabalho após o curso (6 meses)

CONSEGUIU TRABALHO APÓS O CURSO (6 MESES)	QUANTIDADES	%
SIM	333	20%
NÃO (OBTVEU TRABALHO EM 6 MESES)	1076	63%
JÁ TRABALHAVA ANTES D CURSO	292	17%
TOTAL	1701	100%

Fonte: Elaboração própria (2014), a partir do Relatório Final (2011)

Conforme a tabela verifica-se que a maioria dos alunos responderam que não conseguiram emprego após a realização do curso, tendo sido estabelecido o prazo de seis meses. Essas informações não condizem com os resultados esperados, em função da característica principal do PNQP, um plano orientado por demanda, onde a definição do local e a quantidade das pessoas a serem qualificadas são aspectos planejados em função das necessidades de qualificação, em função dos investimentos das empresas do setor no Estado. Por conta desta característica, esperava-se que parcela significativa dos egressos fosse contratada pelas empresas logo após a realização dos cursos, fato que não se verificou como o esperado.

Considera-se que tal resultado pode estar relacionado à falta de integração entre os programas de qualificação e outras políticas públicas, a exemplo daquela direcionada à inserção profissional. Neste sentido, FRIGOTTO, Ciavatta e Ramos (2005) destacam que, além da preparação, a inserção profissional pressupõe a procura de emprego e “[...] um conjunto de mecanismos associados que se situam na interface da escola e do trabalho, como centros de empregos, programas auxílio ao emprego, entre outros.”

Em seguida, perguntou-se aos entrevistados se, “**Atualmente, outubro de 2010, está trabalhando**”. As respostas encontram-se a seguir:

Tabela 2 - Situação em relação a trabalho (out/2010)

SITUAÇÃO EMRELAÇÃO A TRABALHO (OUT/2010)	QUANTIDADES	%
ESTA DESEMPREGADO	740	44%
APOSENTOU-SE	5	0%
ESTA TRABALHANDO	956	56%
TOTAL	1701	100%

Fonte: Elaboração própria (2014), a partir do Relatório Final (2011)

Esses dados estão distantes do levantamento realizado pelo PROMINP nacional, junto ao Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), com os dados dos egressos dos cursos de qualificação. Esta

pesquisa identificava que 81% dos profissionais qualificados pelo PROMINP estavam empregados no mercado de trabalho formal, o que pode ser visto como um indicador da eficácia do Plano.

Os números permitem inferir que o processo de qualificação pode ter trazido algum benefício para os egressos, baseado nas considerações de Oliveira (2012) de que as práticas de qualificação profissional são importantes para o trabalhador na disputa por uma vaga no mercado de trabalho, porém podem não garantir o emprego, objetivo do plano de qualificação.

Para os que responderam “sim”, (estavam trabalhando em outubro de 2010), 956 pessoas (56 %), questionou-se o vínculo do trabalho atual com o curso realizado, procurando-se desta forma, estabelecer se as demandas das categorias profissionais objeto de qualificação estariam sendo direcionadas para suprir às necessidades dos levantamentos realizados para consecução do plano.

Tabela 3 - Relação do curso com o trabalho atual

RELAÇÃO DO CURSO REALIZADO COMO TRABALHO ATUAL	QUANTIDADE	%
SIM (há relação entre o curso e o trabalho atual)	280	29%
NÃO (Não há relação entre o curso e o trabalho atual)	676	71%
TOTAL	956	100%

Fonte: Elaboração própria (2014), a partir do Relatório Final (2011)

Conforme os dados obtidos, 71% dos que estão trabalhando, o estão fazendo sem nenhuma relação com o curso de formação. Assim, estes achados reforçam os questionamentos sobre a eficácia do plano em qualificar para atender às demandas do setor.

O instrumento de pesquisa trazia ainda uma última pergunta, aberta e subjetiva, buscando identificar críticas, comentários ou sugestões para o programa, sendo apresentado o resultado em dois blocos: percepções positivas e negativas.

Com base nas informações do citado relatório, partiu-se para o aprofundamento dos dados apresentados, procurando-se identificar quais dificuldades de inserção profissional existiam na visão dos egressos entrevistados. Consideraram-se aqui manifestações que indicassem carência de ações de integração entre a qualificação com outras de inserção profissional. Os resultados dessa análise são apresentados a seguir.

Tabela 4 - Dificuldades de Inserção Profissional

DIFICULDADE DE INSERÇÃO SUGESTÕES OU CRÍTICAS	QUANTIDADE	%
NÃO EXISTE ENCAMINHAMENTO PARA EMPREGO	403	42%
HOUVE PROMESSAS DE EMPREGO E NÃO OCORREU	57	6%
CURSO DESACRETIDO PELAS EMPRESAS	30	3%
PROGRAMA NÃO ACOMPANHA OS EGRESSOS	13	1%
DEVERIA TER ESTÁGIO OBRIGATÓRIO	45	5%
TERCERIZADAS PETROBRAS COM COTA DE EGRESSOS	23	2%
OUTRAS	384	40%
TOTAL DE MANIFESTAÇÃO	955	100%

Fonte: Elaboração própria, 2014, a partir do Relatório Final (2011)

Desta forma, a tabela 4 mostra as dificuldades da inserção profissional podem se relacionar à falta de integração do próprio plano com mecanismos de inserção no setor de P&G. Na percepção dos entrevistados, a qualificação não possui articulação com empresas demandantes dos profissionais qualificados; 48% dos respondentes apontam que deveria existir encaminhando para o emprego, ou que o emprego prometido não se concretizou.

Com essas informações justificaram-se as inquietações da coordenação regional do PROMINP levadas aos encontros nacionais realizados anualmente com os demais fóruns regionais, sobre a eficácia do PNQP, em atingir o seu objetivo principal de atender às demandas de profissionais qualificados para o setor. Nesses encontros, em contatos com os demais FRS, verificou-se que alguns deles tinham percebido dificuldades de inserir no mercado de trabalho os alunos egressos dos respectivos cursos de qualificação. Em função disso, chegou-se a tentar organizar um encontro posterior entre os FRS interessados em planejar conjuntamente ações de inserção, mas, esse encontro não se concretizou. Destaca-se que embora estes encontros não tenham se concretizado, isto não impediu que cada FR planejasse ações individuais. Da parte do FR-BA, o projeto “Aluno x Empresa” foi uma dessas iniciativas sendo assim apresentado a seguir.

4.1.1 Projeto Aluno Empresa – FR-BA e EEP

A política do Governo Federal de revitalização da indústria naval no Brasil culminou com as perspectivas de implantação de um estaleiro para construção de plataformas, navios, barcos de apoio, entre outros, no Estado. Após várias análises de viabilidade econômica, sociais, políticas e ambientais o governo federal decidiu pela cidade de Maragogipe, no Recôncavo baiano como cidade sede para instalação do estaleiro.

Com incentivos do governo federal e do governo baiano, teve início em 2011 a construção de estaleiro na cidade de Maragogipe. Para tal, constituiu-se um consórcio entre as

empresas Odebrecht, OAS, UTC Engenharia e Kawasaki (parceira tecnológica), formando o Estaleiro Enseada do Paraguaçu S/A (EEP). Com orçamento de aproximadamente R\$ 2,6 bilhões, esse empreendimento é um dos maiores da iniciativa privada na Bahia e na indústria naval brasileira, estando previsto a contratação de mais de três mil operários para as obras de construção civil que devem estar concluídas em 2014.

A implantação do EEP em São Roque do Paraguaçu iria demandar mão de obra qualificada desde a fase de construção civil das instalações físicas do empreendimento até sua instalação total, ou seja, a fase metal mecânica, onde ocorrerão as atividades finais do estaleiro. Analisando, mesmo que superficialmente naquele momento, os dados do relatório final do levantamento encomendado, o FR-Ba constatou que residiam na região, cerca de 1200 profissionais já qualificados nos cursos do PROMINP, na sua maioria desempregados ou trabalhando fora das atividades do setor de P&G.

De posse desses dados, e com o objetivo de produzir alguma ação de inserção, o FR-BA, articulando-se com a Prefeitura de Maragogipe, o SENAI- CIMATEC, uma das instituições de ensino do plano, e o PROMINP Nacional procuraram o setor de RH do EEP para uma reunião visando aproveitar os alunos qualificados da região para atuarem na nova empresa.

Na primeira reunião realizada o EEP sinalizava da impossibilidade de aproveitamento dos alunos do PROMINP em função da qualificação realizada ter sido para atuarem na atividade final do estaleiro, a área metal mecânica, e que naquele momento a demanda por profissionais era para atuarem na construção do estaleiro o que demandava a contratação de profissionais da construção civil.

Após várias reuniões tomou-se a decisão de se adaptar um dos programas do PROMINP chamado Aluno-Empresa em que a empresa indica as pessoas e a necessidade de qualificação, o PROMINP promove os cursos, sendo os custos posteriormente divididos, 50 % pagos pelo PROMINP e 50 % pela empresa demandante. Nessa adaptação, o FR-BA disponibilizaria uma lista com profissionais qualificados da região, justamente os egressos dos cursos que estivessem desempregados ou em busca de oportunidades no setor de P&G, O EEP e SENAI-CIMATEC, elaborariam os cursos de qualificação para área de construção civil para atender as peculiaridades e necessidades do EEP. O RH do EEP com apoio do FR-BA seriam responsáveis por entrar em contato com os profissionais visando a efetivação da contratação. Estabeleciam-se compromissos de disponibilizar 10 % das vagas de contratação de pessoal para esta fase de obras do estaleiro, sendo que essas pessoas iriam passar por treinamentos a proporção que as obras fossem avançando e novas demandas de conhecimento fossem se

fazendo necessárias. Tudo com apoio e acompanhamento da Prefeitura de Maragogipe. Foram montadas duas turmas de qualificação para atuação na construção civil sendo que esses alunos já iniciaram o curso contratados, além disso, o estágio prático do curso foi realizado no próprio canteiro de obras do Estaleiro.

O principal resultado alcançado com esta ação foi a contratação imediata de 40 egressos do PROMINP, além do compromisso firmado de novas contratações por parte do Estaleiro. Como resultado secundário, mas também importante, observou-se uma melhoria da credibilidade do PROMINP e do plano de qualificação junto à população de Maragogipe e dos municípios do território, pelo resultado e por estarem diretamente envolvidos com o programa.

Verificou-se que essa ação poderia ser replicada em regiões semelhantes, ou seja, instalação de novos empreendimentos, com profissionais qualificados desempregados ou atuando em outras atividades diferentes daquelas do objeto da qualificação, sem uma interface articulada entre esses atores.

4.2 AÇÕES DE INSERÇÃO PROFISSIONAL: SOCIALIZANDO EXPERIÊNCIAS

Nesse subcapítulo serão apresentados os resultados do levantamento realizado junto aos demais FRS sobre ações de inserção profissional. De posse das entrevistas realizadas percebeu-se que, assim como o FR-BA promoveu ações de inserção profissional como a ação chamada Aluno-FRS, também propuseram ações de mesma natureza que foram operacionalizadas e com objetivos similares. De posse Empresa outros FRS dos dados das entrevistas realizadas, levantou-se um mapeamento das ações de inserção no Brasil conforme mostra a Figura 8.



Figura 8 - Ações de inserção por Estado
Fonte: Elaboração própria (2014)

Percebe-se que, dos dezesseis Estados da Federação onde há FRS constituídos, sete apresentaram alguma ação voltada à inserção profissional. Nesse sentido, as percepções de que existe falta de integração entre a qualificação e a inserção no mercado de trabalho trazida em FIGOTTO et al (2005), verificam-se nestes locais.

As experiências relatadas pelos FRS dos 7 estados supracitados foram sistematizadas buscando-se identificar quatro informações básicas: identificação da ação com explicações que pudessem informar como ela foi construída; entidades envolvidas; os resultados alcançados sem a preocupação de compará-los; e os principais obstáculos encontrados. O quadro 2 apresenta um resumo contendo a caracterização das diversas ações sistematizadas regionalmente, assim como seus resultados e aplicabilidade, sendo essa última uma análise feita pelo autor desta dissertação.

AÇÃO	FORMA DA AÇÃO	ENTIDADES PARTICIPANTES	RESULTADOS OBTIDOS	APLICABILIDADE (Visão do Autor)
CONEXÃO PROMINP	Encontro entre empresas e egressos de qualificação com realização de entrevistas entre RH das empresas com candidatos e emprego.	Fórum Regional UO-BC, Empresas da Região e SENAI	Média de 30 % de contratações dos inscritos em cada encontro	Ação foi replicada em Pernambuco com sucesso. Pode ser aplicada em qualquer local, embora necessite de grande esforço de mobilização
PRÊMIO Prominp " PARCEIROS DA OPORTUNIDADE"	Premiação para empresas que contratassem egressos do Prominp.	Fórum Regional UO-BC, Empresas de 12 cidades próximas a sede do empreendimento	Potencializou a colocação da mão de obra local qualificada em projetos de petróleo e gás	Essa ação tem um grau de dificuldade de ser replicada por envolver mudanças na forma de contratação regional da Petrobras
AÇÕES EM REDES FR/SE	Reunião sistematicas com empresas do setor para o comprometimento de contratar preferencialmente egressos.	Fórum Regional Sergipe e Empresas da Região	Grande sucesso na contratação de sondadores.	Essa ação foi facilitada por existirem redes de cooperação sistematizadas. Pode ser replicada a partir das redes de cooperação.
BANCO DE EMPREGOS – FR/ES	Criação de "Banco de Empregos" nas instituições de ensino com apoio do FR. Envio de currículos dos egressos. Implantado como critério de desempate na seleção.	Fórum Regional ES, Petrobras local, IFES(ES), UFES e SENAI/ES.	Na UFES o índice foi de 100 %. Bom resultados com alunos que mantinham atualizados currículos.	Pode ser replicada em qualquer região.
INTERMEDIÇÃO VIA SINE – FR/PR - ARAUCÁRIA	Reunião dos consórcios de empresas executores de obras na Refinária.	Fórum Regional PR, Petrobras local e Eng., Sec. Municipal de Trab. e Emp. de Araucária, SINE (Estado e Município), Prefeituras de Curitiba e de Araucária.	Contratação de 68 % de mão de obra da região.	Ação pode ser adaptada, para locais onde tenham grandes obras, principalmente refinarias.
ALUNO EMPRESA EEP/FR-BA MARAGOGIPE - BA	Adaptação do projeto Aluno-Empresa do Prominp - contratação de egressos e posterior qualificação.	Fórum Regional BA, Prominp Nacional, Estaleiro Enseada do Paraguaçu, SENAI e Prefeitura de Maragogipe.	Contratação de 40 egressos (20 em cada turma de qualificação). Reserva de outras 300 vagas para conitnuidade da ação.	Ação pode ser replicada. Necessita de acompanhamento e forte articulação com empresa que aderir ao projeto.

Quadro 2 - Resultados alcançados - Ações de inserção no Brasil

Fonte: Elaboração própria (2014)

Nesse quadro são descritas as ações e a forma dessas ações que foram realizadas em cada FR, as entidades participantes, e que, de alguma forma, contribuíram para realização além dos resultados obtidos, sem uma preocupação numérica, procurando fidelizar as informações das entrevistas realizadas. Acrescentou-se um quinto item, onde são colocadas a visão do autor da pesquisa em relação a aplicabilidade ações no FR-BA.

Essas informações são apresentadas com outra forma de visualização, no produto tecnológico desenvolvido como resultado desta dissertação, produto este denominado de "Cartilha de Inserção Profissional". Destaca-se que esta cartilha será socializada com todos os FRS do PROMINP, podendo ainda ser disponibilizada a outras áreas e segmentos da sociedade interessados na discussão deste tema.

Além das ações de inserção, nas análises das entrevistas realizadas constataram-se algumas percepções sobre os cursos de qualificação empreendidos. Em todos eles havia algum tipo de relato crítico apontando lacunas ou deficiências no modelo de qualificação adotado. Por sua relevância, algumas delas são apresentadas a seguir, a título de exemplo:

- Nível de educação fundamental dos participantes dos cursos de qualificação é deficiente;
- Alunos apresentam deficiência no aprendizado teórico e prático;

- As exigências colocadas nos contratos pela Petrobras/Engenharia do perfil de profissionais a serem contratados não eram atendidas;
- As especificações dos profissionais nos contratos da Petrobras Engenharia, responsável pelo acompanhamento da execução das obras, não eram atendidas no quesito experiência;
- Os candidatos não apresentam perfil desejado para os cargos demandados.

Acredita-se que essas deficiências herdadas da educação profissional nem sempre são resolvidas com esse tipo de qualificação - a qualificação subsequente - o que denota o caráter transitório deste tipo de formação profissional, embora não deva desconsiderar seu papel enquanto alternativa válida para melhorar as condições de inserção social, política, cultural e econômica. Apenas defende-se aqui, que esta tipologia de qualificação não deve ser usada como estratégia de formação profissional.

Este posicionamento se ancora na posição defendida por Moura (2012), ao afirmar que é preciso uma educação profissional fundada no trabalho como princípio educativo e não apenas com o viés da formação de recursos humanos, noção advinda da teoria do capital humano. Em outras palavras, deve-se pensar na real integração entre ensino médio e educação profissional, tendo em sua base unitária a integração entre trabalho, ciência e tecnologia e cultura, sendo necessário fazê-lo sob a perspectiva de sua contribuição à consolidação das políticas de ciência e tecnologia, de geração de emprego e renda, de saúde pública, de desenvolvimento da indústria e do comércio. Ou seja, é fundamental e necessário um projeto de desenvolvimento socioeconômico articulado envolvendo todos esses diferentes setores para que seus objetivos sejam efetivamente alcançados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa surge da inquietação em relação aos resultados do programa de qualificação do PROMINP na Bahia referentes à inserção no mercado de trabalho dos egressos dos cursos realizados entre 2006 e 2010, em 4 ciclos de qualificação. Tal inquietação emerge da concepção do autor do trabalho de que os resultados que atestavam que 81 % dos profissionais qualificados trabalhavam com carteira assinada, ou seja, atuavam no mercado formal, não eram replicados na Bahia, já que o quantitativo de currículos que chegava ao FR-BA, assim como e-mails e telefonemas com manifestações sobre problemas na inserção sinalizavam situação distinta.

Ademais, em visita ao município de Maragogipe, em uma “roda” de diálogos sobre o PROMINP, tomou-se conhecimento do descontentamento em relação ao programa. Deste diálogo emergiu a concepção de que o curso era de boa qualidade, mas reclamava-se do pós curso, em especial da não inserção no mercado de trabalho de P&G. A partir do incômodo gerado por esta situação, em outubro de 2010, o FR-BA encomenda um levantamento sobre a trajetória dos egressos dos cursos de qualificação.

No início da pesquisa, o autor tinha algumas hipóteses para as dificuldades de inserção no mercado de trabalho dos egressos dos cursos de qualificação. A primeira consistia na forma como se dava a relação entre os profissionais qualificados e os ofertantes de oportunidades ocupacionais, em outras palavras, como se relacionam as empresas que precisam de profissionais qualificados e os trabalhadores qualificados que buscam vagas nestas. A segunda versava sobre a qualidade dos cursos já que, embora os alunos atestassem sua qualidade, esta isoladamente poderia não ser suficiente para garantir que as empresas procurassem os profissionais qualificados pelo programa. Diante deste contexto, desenhou-se a pesquisa, tendo-se por objetivo analisar as dimensões e atores que influenciam no aproveitamento das oportunidades ocupacionais da indústria de P&G na Bahia, pelos profissionais qualificados pelo PROMINP, que por se tratar de um plano de qualificação profissional gestado em uma organização com vistas a atender suas demandas específicas, está, a princípio, fora do sistema de educação formal.

Optou-se por se iniciar o trabalho com a realização de uma análise sobre o histórico da educação profissional do Brasil, histórico esse dividido para fins pedagógicos em três ciclos sucessivos. Pôde-se assim perceber as influências que a escravidão produziu na educação brasileira. Com destaque para os preconceitos em relação ao trabalho manual por sua associação em relação à mão de obra escrava, o que pode ter determinado o contraponto ainda hoje presente no país, entre a formação para o trabalho manual (foco desta pesquisa) e a formação intelectual. Em outras palavras, persiste nos dias de hoje a percepção de que todo trabalho que exige esforço físico e manual é de menor importância, sendo então justificável sua desqualificação.

Outro fator que desperta atenção é a falta de uma política estratégica para a educação profissional no Brasil ao longo da sua história. Constata-se que as ações voltadas para a **educação profissional quase sempre acontecem para atender alguma mudança nos modos de produção ou a um novo empreendimento industrial como apresentam MANFREDI (2002) no período Colonial, Cunha (2000) no início do período republicano, Ramos (2012) e Cunha (2005) durante a ditadura e Ramos (2012) na década de 1970 com a elaboração dos PND.**

Já no governo FHC, além de não se ter um planejamento estratégico para a educação profissional, termina-se destruindo o pouco que foi conquistado com a promulgação da constituição de 1988. O modelo de organização flexível implantada aumenta o desemprego no país, trabalhadores que saem do mercado de trabalho formal, são depois responsabilizados por não terem “competências” para manter sua “empregabilidade”, havendo em contrapartida a redução da participação do Estado, com base no modelo neoliberal, em diferentes setores, dentre eles a educação. Sob tal concepção, a educação em geral passa a ser vista como um negócio, e a educação profissional em particular passa a ser orientada para os programas de capacitação em massa, uma das exigências do Banco Mundial, e nesse cenário surgem novas perspectivas no setor de P&G.

As descobertas de petróleo em águas ultra profundas a partir do campo de Roncador, despertou na Petrobras e depois, no novo governo federal, a necessidade de fortalecimento do parque industrial para atender aos desafios de aumento da produção de petróleo no país. Nesse sentido, tanto a instituição do PROMINP quanto a criação do PNQP, cada qual a seu tempo, são ações estratégicas necessárias ao contexto então vivenciado. Mesmo com os resultados pouco expressivos de inserção profissional identifica-se que esses foram de grande importância para o fortalecimento da indústria de bens e serviços associada ao setor.

Da pesquisa histórica, pode-se entender em qual contexto o tipo de qualificação do PNQP se encaixa na política educacional vigente. A implantação do decreto nº 5.154/2004 acenava com a possibilidade da reintegração do ensino básico ao ensino profissional no país, porém, mantiveram-se as formas subsequentes e concomitantes.

Em resumo, os cursos de PNQP do PROMINP (subsequentes), eram destinados a jovens e adultos, concluintes de ensino médio de qualidade duvidosa e que não prosseguiram os estudos nem inserção de qualidade no mercado do trabalho. Identifica-se assim a continuidade da falta de um planejamento estratégico para a Educação profissional brasileiro, já que, novamente, implementam-se ações para suprir deficiências em função de novos empreendimentos, demonstrando falta de planejamento para o médio e longo prazo, momento temporal no qual podem ser construídos cenários e políticas de educação profissional mais efetivas.

Os resultados relativos à inserção profissional sinalizam que qualificações como o PNQP não podem ser dissociadas de outras iniciativas de geração de emprego e renda; reforça-se assim, a posição de FRIGOTTO, Ciavatta e Ramos (2005) de que não basta qualificar, é preciso que a qualificação associe-se a outras políticas de geração de emprego e renda. Destaca-se, contudo, que mesmo não se obtendo respostas de todos os FRS, todas as ações de inserções atuaram como complementação à qualificação para gerar emprego e renda para os egressos dos cursos.

Como resultado geral da dissertação, concluiu-se que a transitoriedade destas tipologias de cursos de qualificação profissional deve ser reforçada, uma vez que os novos modos de produção advindos da descoberta do petróleo no pré sal destacam a necessidade de uma política definitiva para a educação profissional brasileira. A complexidade das atividades de exploração e produção no pré sal exigirão uma força de trabalho com conhecimentos diferenciados, a fim de que esta tenha condições mais adequadas de explorar e produzir em horizontes geológicos mais complexos, em outras palavras, pelas características da área, as atividades terão que ser reinventadas para serem efetivas.

Com isso, deve-se retornar a perspectiva da reintegração do ensino médio ao ensino profissional, sob o risco do setor ser invadido por profissionais estrangeiros. Para tanto é fundamental que o país deixe de programas de educação por demanda, passando a adotar um planejamento estratégico para a Educação em geral e, conseqüentemente, para a Educação Profissional. Para atuar no pré sal serão necessários engenheiros de petróleo, engenheiro naval, geólogos, geofísicos, técnicos de manutenção, técnicos em instrumentação, técnicos de tecnologia da informação, profissionais de segurança operacional, meio ambiente, só para citar algumas das categorias profissionais.

A Petrobras tem sinalizado a necessidade de mais de 200 mil engenheiros para o setor de P&G. Hoje o Brasil são formados cerca de 30 mil engenheiros por ano e nem todos estão trabalhando na engenharia, sendo apontado como causa provável a qualidade dos cursos. A Petrobras e o governo quando questionados sobre se haverá falta desses profissionais para atuar no petróleo as respostas geralmente são tendo a qualificação do PROMINP com solução. As carências de profissionais para atuar no pré-sal, se confirmadas, não serão solucionadas por cursos de qualificação subsequentes como os cursos do PNQP.

Considera-se que este trabalho tem por limitação o fato de estudar um único programa de qualificação profissional, limitação esta que pode ser superada com a realização de novos estudos sobre o tema, ou explorando outros vieses do PNPQ, ou se debruçando sobre o novo programa de qualificação profissional operacionalizado nacionalmente o PRONATEC. Entende-se que desta forma, a discussão sobre uma temática relevante no modelo de qualificação adotado no Brasil possa prosseguir de maneira consistente e produtiva, fazendo com que esta pesquisa possa ser ampliada e continuada por meio de investigações sobre este novo rumo da educação profissional brasileira.

Finaliza-se a dissertação, apontando-se que a chamada “maldição do petróleo” é uma realidade em muitos países que fizeram grandes descobertas de petróleo e não criaram condições para que a riqueza fosse aproveitada na promoção de mudanças estruturais, dentre elas as educacionais. É necessário que se construa uma política de Estado no sentido de pensar a educação profissional como estratégica para o desenvolvimento econômico e social brasileiro. Em outras palavras, essa política deve ter como perspectiva a reintegração da educação básica com a educação profissional.

Também é preciso superar os contrapontos tradicionais entre trabalho manual e trabalho intelectual. O trabalho tem de ser visto como o definidor da existência humana e aquilo que diferencia os homens dos animais. Deve assim, ser retomada a concepção marxista de que trabalho é um processo de intermediação entre homem e natureza, um processo por meio do qual o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Defende-se aqui, que assim deve ser a formação para o trabalho vista como um princípio educativo, um dever e ao mesmo tempo um direito, ou seja, é imperativo pensar-se na integração entre ensino geral, e a educação profissional, tendo em sua base unitária a integração entre trabalho, ciência e tecnologia e cultura.

REFERÊNCIAS

- ANDRESKI, Stanilav. **Las ciencias sociales como forma de brujeria**. Madri: Taurus, Ediciones, 1973.
- BOURDIEU, Pierre **A Distinção: crítica social do julgamento** 2. ed. Porto Alegre- RS: Zouk, 2013.
- BOURDIEU, Pierre, CHAMBOREDON, Jean-Claude e PASSERON, Jean-Claude. **Ofício do sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia**. Petrópolis, Vozes, 2004, p. 45-72.
- CNI - **Confederação Nacional das Industrias**. Disponível em <http://www.portaldaindustria.com.br/> Acesso em 12 maio 2014.
- CIAVATTA, Maia. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. In° FRIGOTTO, Gaudênio, CIAVATTA, Maria, RAMOS, Marise. (ORGS.). **Ensino médio integrado**. – 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- DIEGUEZ, Consuelo, **Bilhões e Lágrimas: A economia Brasileira e seus atores**. 1. ed. São Paulo : Portifolio- Penguin, 2014.
- CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata**. 2. ed. São Paulo, Editora UNESP; Brasília:DF FLACSO, 2000.
- _____, Luiz Antônio. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização**. 2. ed. São Paulo, Editora UNESP; Brasília:DF FLACSO, 2005.
- _____, Luiz Antônio. **O ensino profissional na irradiação do industrialismo**. 2. ed. São Paulo, Editora UNESP, 2005; Brasília:DF FLACSO, 2005a.
- IPEA. **Evolução da formação de engenheiros e profissionais técnico-científicos no brasil entre 2000 e 2012**. Disponível em http://www.ipea.gov.br/portal/images/convite/debate_brasil_escassez_gusso.pdf Acesso: 12 mai. 2014.
- FIDALGO, Fernando; OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro de; FIDALGO, Nara Luciene Rocha. (orgs.) **Educação profissional e a lógica das competências**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- FILGUEIRAS, Cristina Almeida Cunha. **Atores locais na implementação da política de qualificação profissional**. São Paulo, Serviço Social e Sociedade, n° 107, p. 438-460, jul./set. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-66282011000300004&script=sci_arttext. Acesso em: 05 set 2013.
- FISCHER, Fernando e SOARES, Rodrigo M. F. **Pesquisa de Análise dos Alunos Egressos dos Ciclos 1º ao 4º (2006-2010) do Programa Nacional de Qualificação Profissional (PNQP), do Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural (PROMINP), Fórum Regional Bahia - RELATÓRIO FINAL**. Salvador, Petrobras, PROMINP - Fórum Regional Bahia, Agência Social. 2010.
- FRIGOTTO, Gaudênio, CIAVATTA, Maria, RAMOS, Marise. **A Política de Educação Profissional no Governo Lula: um percurso histórico controvertido**. Educ. Soc. Campinas, vol . 26, n° 92, p 1087-1113, Especial out. 2005. Disponível em <<http://www.cedez.unicamp.br>>
- FRIGOTTO, Gaudênio, CIAVATTA, Maria, RAMOS, Marise **A gênese do Decreto nº 5.154/2004: um debate no contexto controverso da democracia restrita**. In° FRIGOTTO, Gaudênio, CIAVATTA, Maria, RAMOS, Marise. (ORGS.). **Ensino médio integrado**. – 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

FRIGOTTO, Gaudênio, CIAVATTA, Maria, RAMOS, Marise. A gênese do Decreto nº5,154/2004: um debate no contexto controverso da democracia restrita. In° FRIGOTTO, Gaudênio, CIAVATTA, Maria, RAMOS, Marise. (Orgs.). **Ensino médio integrado**. – 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

FRIGOTTO, Gaudênio, CIAVATTA, Maria, RAMOS, Marise **Ensino médio integrado**. (Orgs.). – 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

_____. Gaudênio. **A relação da educação profissional tecnológica como universalização da educação básica**. Educ. Soc. Campinas- SP, vol 28 n 100 – especial p 1129 – 1152. Outubro 2007. Disponível em <<http://www.cedez.unicamp.br>>

_____. Gaudênio. **Educação profissional e capitalismo dependente: o enigma da falta e sobra de profissionais qualificados**. Trab. Educ. Saúde v.5 n°3, p.521-536, nov 2007/fev 2008.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GUIMARÃES, Nadya A. **A Sociologia dos mercados de trabalho, ontem e hoje**. São Paulo, CEBRAP, no.85, 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-33002009000300007&script=sci_arttext . Acesso em 05 Set 2013. p.151-170.

GUIMARÃES, Nadya A. **À Procura de trabalho: Instituições de Mercado e Redes**. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2009.

HELAL, Diogo H. **Flexibilização organizacional e empregabilidade individual: proposição de um modelo explicativo**. São Paulo, FGV, 2005.

IPEA **Pesquisas do Ipea contestam escassez de engenheiros IPEA 2013-** Disponível em http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=20486&catid=9&Itemid=8 Acesso em: 12 mai. 2014.

JANNUZZI, Paulo. Avaliação. IN° BOULLOSA, Rosane d Freitas (ORG.), **Dicionário para a formação em gestão social**. Salvador: CIAGS/UFBA, 2014. P.24-27.

LEMOS, Ana H. C., DUBEUX, Veranise J. C., PINTO, Mario C. S. **Educação, empregabilidade e mobilidade social: convergências e divergências**. SRIO de Janeiro. 2009. Cadernos EBAPE BR, v.7, n° 2, artigo 8.

MACIEL, Patrícia de S. Educação **Tecnológica e pré-sal: necessidade e urgências**. Artigo Mestranda em economia pelo programa de pós graduação em economia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Bolsista capes, Pesquisadora do Observatório das Metrôpoles (projeto CAES/INEP Observatório da Educação).

MANFREDI, Silvia M. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo, Cortez, 2002.

MARCONI, Marina A, LAKATOS, Eva. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7ª Edição. – São Paulo: Atlas, 2010.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: Livro 1: o processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MATTOS, Pedro Lincoln C. L. de. **A entrevista não-estruturada como forma de conversação: razões e sugestões para sua análise**. Rio de Janeiro 39(4), Jul./Ago. 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza e SANCHES, Odécio. **Quantitativo-Qualitativo:**

Oposição ou Complementaridade? (com debates). Cadernos de Saúde Pública, 1993, v. 9, nº 3, p. 239-262.

MOURA, Dante Henrique. **Políticas Pública para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio nos Anos 1990 e 2000: limites e possibilidades.** In: OLIVEIRA, Ramon de (org). **Jovens, Ensino Médio e Educação Profissional: políticas públicas em debate.** Campinas-SP, Papirus, 2012.

OLIVEIRA, Ramonº Por uma Educação Profissional Democrática e Emancipatória. In: OLIVEIRA, Ramon de (ORG). **Jovens, Ensino Médio e Educação Profissional: políticas públicas em debate.** Campinas-SP, Papirus, 2012.

OLIVEIRA, Ramonº **A (Des) qualificação da educação profissional brasileiras.** São Paulo: CORTEZ, 2003.

POCHMANN, Márcio. **Mercado geral de trabalho: o que há de novo no Brasil.** Brasília, Parcerias Estratégicas, 2006.

PETROBRAS. **Site da PETROBRAS.** 2014. Disponível. <http://www.petrobras.com.br/pt/>

PROMINP. **Conheça o PROMINP.** Disponível em: http://www.prominp.com.br/portal/prominp/pt_br/conheca-o-prominp/depth/1-1.htm. Acesso 05 set 2013.

RAMOS, Marise. **A Educação Tecnológica como Política de Estado.** In: OLIVEIRA, Ramon de (ORG). **Jovens, Ensino Médio e Educação Profissional: políticas públicas em debate.** Campinas-SP, Papirus, 2012.

RICHARDSON, Roberto Jarry et al. **Pesquisa Social: métodos e técnicas.** 3. ed. revista e ampliada, São Paulo, Atlas, 2009.

SADER, E. **Brasil entre o passado e o futuro.** (Cap.1: Brasil de Getúlio a Lula). São Paulo: Boitempo, 2010.

SAVIANI, Dermeval. **O choque teórico da politécnica.** Trabalho, educação e saúde. Revista da EPSJV/FIOCRUZ. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, n1, p 131-52, 2003.

SAVIANI, Dermeval. **Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos.** Apresentado em sessão especial do grupo de trabalho e educação na 29 Reunião d a Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa e Educação (ANPED) realizado em Caxambu, MG de 16 a 20 de outubro de 2006. Revista Brasileira De Educação v.12, nº34, jan/abr 2007.

SILVA, Jamerson Antônio de Almeida da. **As Especificidades das Políticas de Qualificação Profissional para a Juventude.** In: OLIVEIRA, Ramon de (org). **Jovens, Ensino Médio e Educação Profissional: políticas públicas em debate.** Campinas-SP, Papirus, 2012.

SILVA, Mariléia M. **Redes de relações sociais e acesso ao emprego entre jovens: o discurso da meritocracia em questão.** Campinas, Educação e Sociedade, 2010.

THOM, René. **Qualidade / Quantidade.** In **Enciclopedia Einaudi.** Lisboa: Imprensa Nacional– Casa da Moeda. 1988, Volume 10, p.226-242.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em Administração.** 7. ed. São Paulo, Atlas, 2006.

APÊNDICE – ROTEIRO DE ENTREVISTA

ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM OS COORDENADORES DOS FÓRUMS REGIONAIS DO PROMINP

TEMA: Ações de inserção profissional dos egressos de cursos de qualificação.

Nome:

Fórum Regional:

Contato:

Justificativa: Atuamos por 4 anos na coordenação do FR-BA e nesse período um dos grandes desafios enfrentados foi a inserção profissional dos egressos dos cursos de qualificação. Participamos de 6 ciclos de qualificação e nesse período acumulamos currículos que foram enviados para a coordenação na esperança da inserção profissional. Tal fato fez com que encomendássemos uma pesquisa que foi realizada com os egressos de 2006 a 2010 buscando identificar a situação de cada um. Os resultados incentivaram realização de ações para reverter o quadro pois a pesquisa indicava um baixo nível de aproveitamento das pessoas pesquisadas.

Estando fazendo **curso de mestrado profissional na Universidade Federal da Bahia - UFBA** em Desenvolvimento e Gestão Social e escolhemos a inserção profissional como tema de pesquisa. Estamos buscando informações sobre quais ações foram tomadas nos demais fóruns regionais para ampliar a inserção profissional dos respectivos egressos. Nesse sentido pedimos sua colaboração para responder algumas perguntas que irão subsidiar nossa pesquisa.

- 1) Vocês do fórum regional **X** enfrentaram o mesmo problema, ou seja, dificuldade de inserção dos profissionais qualificados no PNQP do PROMINP? Receberam currículos? Reclamações sobre essas dificuldades? Críticas do programa?
- 2) Na sua percepção qual foi o principal motivo para a dificuldade de inserção espontânea dos candidatos (escolaridade, experiência, qualificação insuficiente, perfil do candidato – rota de seleção, falta de conhecimento/envolvimento da empresa contratante, outros)?
- 3) Foi feita alguma ação de inserção? Quais foram as ações? Você teve apoio interno (Petrobras/PROMINP) e externo (entidades/empresas) para realizar as ações de inserção? Caso positivo: Quem te ajudou a estruturar e executar a(s) iniciativa(s) de inserção (entidade/ empresa)? Caso negativo: Que tipo de apoio ele sentiu falta para executar alguma iniciativa? Qual iniciativa de inserção ele entende que deveria ter sido priorizada?

- 4) Que ações foram tomadas para ampliar a inserção dos profissionais no mercado de trabalho local?
Essas ações foram planejadas junto com alguma entidade? Como chegaram a essas ações? Sugestão de algum órgão?
- 5) Como foi realizado esse planejamento e quais as principais dificuldades encontradas?
Quais as etapas do planejamento? Realizado em conjunto com alguma entidade? Alguma resistência? Algum fato que possa contribuir para que as dificuldades não se repitam?
- 6) Quais os resultados práticos do que foi realizado? Quantas pessoas obtiveram sucesso e foram contratadas?
Você repetiria essa ação. Vê alguma dificuldade em essa ação ser aplicada em outro estado ou em outra situação?
- 7) Existe algum material que você possa enviar com informações sobre essa ação?
Podemos divulgar essa ação? Você tem algum material que foi usado na ação que posso nos enviar para fazer parte do trabalho. As fontes serão citadas.

Estaremos realizando essa entrevista com representantes de todos os fóruns do PROMINP. A ideia é compilar os dados e produzir uma cartilha com todas as ações que obtiveram sucesso ou não para divulgação e a possibilidade dessas ações poderem ser reproduzidas em outros fóruns e em outras áreas onde a qualificação possa ser transformada em inserção profissional.

- 8) Caso necessário, poderemos entrar em contato com você para esclarecimento de alguma dúvida que tenhamos após análises dos dados?
- 9) Algum outro fato que queria relatar e que possa ser importante para essa pesquisa.

Agradecemos sua participação e nos comprometemos a enviar uma prévia dos resultados encontrados.

Muito Obrigado.

